

Relatório Anual 2010 – Núcleos

Educação: inspiração para uma nova década



núcleos
Instituto de Segurança Social



O melhor capital que se pode ter no mercado de investimento: confiança, expertise e responsabilidade.

A SulAmérica Investimentos é uma das maiores e mais confiáveis gestoras independentes de recursos do País. Classificada pela Standard & Poor's como AMP-1 Very Strong*, a melhor classificação na escala de ratings da agência, a SulAmérica Investimentos tem mais de 16 bilhões de reais em ativos sob sua gestão. Com um rigoroso controle de risco, processos bem definidos e equipe qualificada que não perde o foco buscando as melhores estratégias mesmo em momentos de instabilidade, a SulAmérica Investimentos vem ganhando cada vez mais o reconhecimento do mercado e dos clientes. Sua associação com o ING proporciona maior visão global, além de disponibilizar a experiência internacional da maior administradora de recursos do mundo. E tudo isso com um só objetivo: trazer sempre melhores resultados e nenhum aborrecimento para você.

SulAmérica Investimentos. Se aborrecer pra quê?



Fundos de investimento não contam com garantia do administrador do fundo, do gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e do regulamento do fundo de investimento ao aplicar seus recursos. Para avaliação de performance dos Fundos de Investimento, é recomendável a análise de um período de, no mínimo, 12 meses. *AMP-1 (Muito Forte): classificação atribuída às práticas de administração de recursos de terceiros (AMP – Asset Management Practices), publicada pela Standard & Poor's ao mercado em 6/7/2009. Mais informações podem ser obtidas no site www.standardandpoors.com.br

Este relatório foi impresso com 100% de apoio financeiro dos anunciantes.

“Educar é crescer. E crescer é viver. Educação é assim: vida no sentido mais autêntico da palavra.”

Anísio Teixeira - jurista, intelectual, educador e escritor brasileiro

Relatório Anual 2010 – Nucleos



SUMÁRIO

6 ADMINISTRAÇÃO ATUAL

8 MENSAGEM DO PRESIDENTE

10 POLÍTICA DA ADMINISTRAÇÃO

1. Certificação
2. Código de conduta e ética
3. Controles internos e ISO 9001:2008
4. Sistema corporativo
5. Despesas administrativas
6. Decisões judiciais favoráveis

18 MENSAGEM DO DIRETOR FINANCEIRO

20 GESTÃO DE INVESTIMENTOS

1. Política de investimentos
2. Asset Liability Management – ALM
3. Outras considerações sobre o cenário econômico – 2010
4. Alocação de ativos
5. Fundos exclusivos
 - 5.1 Nucleos I
 - 5.2 Nucleos II
 - 5.3 Nucleos III
 - 5.4 Nucleos IV
 - 5.5 Nucleos V
6. Fundo de investimento em participações
 - 6.1 Concessionária Rio-Teresópolis - CRT
 - 6.2 Energia PCH
 7. Carteira própria
 8. Empréstimos a participantes
 9. Imóveis
 10. Despesas com os investimentos
 11. Recuperações – Banco Santos
 12. Informações gerais

34 MENSAGEM DO DIRETOR DE BENEFÍCIOS

36 GESTÃO PREVIDENCIAL

1. Informações gerais sobre o PBB
 - 1.1 Participantes ativos
 - 1.2 Novos participantes
 - 1.3 Participantes assistidos
 - 1.4 Recursos coletados
 - 1.5 Despesas com pagamentos de benefícios
2. Avaliação atuarial
 - 2.1 Premissas utilizadas na avaliação atuarial
3. Alterações no convênio de adesão
4. Alterações no Regulamento do Plano Básico de Benefícios - PBB
5. Dívidas das patrocinadoras
 - 5.1 Patrocinadora INB
 - 5.2 Patrocinadora Nuclep

50 DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL E DE RESULTADOS DO PBB

52 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

78 PARECERES

1. Parecer dos auditores independentes
2. Parecer atuarial
3. Parecer do Conselho Fiscal
4. Parecer do Conselho Deliberativo

90 POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

106 LISTAGEM DE COMUNICADOS EXPEDIDOS E EDIÇÕES DO NUCLIN



ADMINISTRAÇÃO

Constituído em 22/12/78 e com início de suas operações em 01/09/79, o Nucleos é uma entidade fechada de previdência complementar e tem como patrocinadoras, além do próprio Instituto, as seguintes empresas: Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB; Eletrobrás Termonuclear S.A. – Eletronuclear e Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. – Nuclep.

CONSELHO DELIBERATIVO

TITULARES

- ▶ **Maria Aparecida da Silva - presidente**
Nuclep
- ▶ **Pedro Cardoso Franco**
Eletronuclear
- ▶ **Paulo César da Rocha Dantas**
INB
- ▶ **José de Mello Vilella**
INB - representante eleito pelos participantes
- ▶ **Paulo Sergio Poggian**
Nuclep - representante eleito pelos participantes
- ▶ **Maria Cristina Gomes**
ASAN - representante eleita pelos participantes

SUPLENTES

- ▶ **Clezio dos Santos Oliveira**
Nuclep
- ▶ **Armindo D'Ascensão Silva**
Eletronuclear
- ▶ **Nelson Ramos Nogueira Filho**
INB
- ▶ **Roberto Dias Saraiva**
INB - representante eleito pelos participantes
- ▶ **Carlos Fernandes**
Eletronuclear - representante eleito pelos participantes

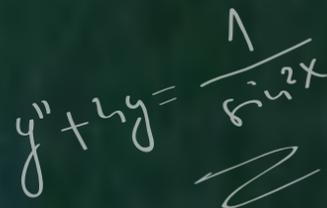
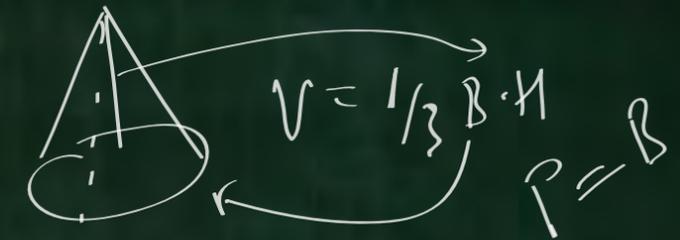
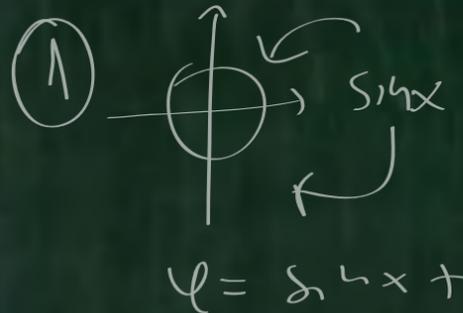
CONSELHO FISCAL

TITULARES

- ▶ **Luiz Henrique Finkel - presidente**
Eletronuclear - repres. eleito pelos participantes
- ▶ **Elizabeth Taveira Ramos**
INB - representante eleita pelos participantes
- ▶ **Marcos Sergio de Souza**
Nuclep
- ▶ **Gilberto da Silva Campos**
INB

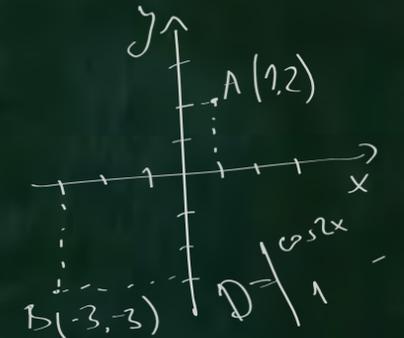
SUPLENTES

- ▶ **João Calixto Neto**
Eletronuclear - repres. eleito pelos participantes
- ▶ **Aluizio Borges**
Nucleos (aposentado) – repres. eleito pelos participantes
- ▶ **Everaldo Guedes Reis**
Nuclep
- ▶ **Fernando Cesar Braz Teixeira**
INB



DIRETORIA EXECUTIVA

- ▶ **Norman Victor Walter Hime**
Presidente
- ▶ **Luiz Claudio Levy Cardoso**
Diretor Financeiro
- ▶ **Mário Jorge de Lima Soares**
Diretor de Benefícios



$$x_{1/2} = \frac{-b \pm \sqrt{b^2 - 4ac}}{2a}$$

COMITÊ CONSULTIVO DE INVESTIMENTOS - CCI

MEMBROS INDICADOS PELO CONSELHO DELIBERATIVO

- ▶ **Carlos Fernandes - coordenador**
Eletronuclear
- ▶ **Clezio dos Santos Oliveira**
Nuclep
- ▶ **Nelson Ramos Nogueira Filho**
INB

MEMBROS EFETIVOS DO NUCLEOS

- ▶ **Norman Victor Walter Hime**
Presidente
- ▶ **Luiz Claudio Levy Cardoso**
Diretor Financeiro
- ▶ **Mário Jorge de Lima Soares**
Diretor de Benefícios

Mensagem do presidente



Caro Participante,

Em junho de 2009 fui designado presidente do Nucleos pelo Conselho Deliberativo, após cumprir um mandato no respectivo colegiado. Naquela oportunidade, apesar dos avanços que já se encontravam presentes no nosso Instituto, decorrentes do trabalho intenso desenvolvido nos quatro anos anteriores, pelos conselheiros, diretores, gerentes e funcionários, impunha-se como indispensável seguir em frente, buscando cada vez mais a melhoria para que pudéssemos sempre nos manter saudáveis e em condições permanentes de honrarmos com o pagamento

de todos os benefícios contratados.

Assim, é com muita satisfação que faço a introdução do Relatório Anual do Nucleos de 2010, ressaltando a sua maior e mais relevante conquista neste exercício, que foi o superávit de R\$ 23,7 milhões, após o ativo total ter atingido a cifra significativa de R\$ 1,44 bilhão. Alcançado no fechamento contábil em 31 de dezembro de 2010, o superávit representa a resultante de múltiplos esforços e ações coordenadas que se desenvolveram ao longo do ano de 2010 em todas as áreas do Nucleos, como poderá ser observado nas páginas seguintes.

Fruto de uma gestão empresarial calcada no rigor técnico de suas decisões, na ética profissional de seus executivos e na transparência de sua comunicação, o superávit na verdade representa algo muito maior, que é um futuro com mais segurança e tranquilidade para todos nós participantes e assistidos do Nucleos.

Nós fazemos previdência com as nossas atenções voltadas para o futuro das pessoas. Por isso, neste relatório, aproximamos os dois temas: educação e previdência. Mais que um documento formal, estamos entregando a você um instrumento de educação previdenciária.

Forte abraço,

Norman Victor Walter Hime
Presidente





POLÍTICA DA ADMINISTRAÇÃO



“Longo é o caminho do ensino por meio de teorias; breve e eficaz por meio de exemplos.”

Sêneca – escritor e intelectual do Império Romano

A atual administração do Nucleos tem consciência de que sua atuação é de fundamental importância, sendo decisiva para minimizar, sensivelmente, os possíveis prejuízos decorrentes do risco inerente à gestão do patrimônio, que é a garantia do cumprimento das obrigações assumidas pela entidade.

No exercício de suas funções, são observados, principalmente, além de vários outros deveres atinentes ao cargo, o de diligência (que consiste no cuidado que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios), o da desvinculação do interesse de um grupo específico, o dever de lealdade e o dever de informar.

A prioridade é a satisfação dos interesses dos participantes e beneficiários, com observância das ciências da administração e da atuária, e da legislação aplicável, exercendo seu encargo com probidade e lealdade.

Uma boa governança, neste caso, é a garantia da sintonia entre a estrutura dos ativos e passivos, favorecendo o direcionamento dos investimentos para ativos rentáveis, seguros e de liquidez compatível com a necessidade de nosso plano de benefícios. Tudo com estrito respaldo legal e no interesse da coletividade.

1 Certificação

A complexidade do ambiente de negócios onde se inserem as Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC requer a especialização dos seus administradores, além de competência, lealdade, ética, diligência, probidade e integridade.

Nesse cenário, a Resolução CGPC nº 13 exige que os gestores tenham “competência técnica e gerencial, compatível com a exigência legal e estatutária e com a complexidade das funções exercidas, em todos os níveis da administração da EFPC, mantendo-se os conselheiros, diretores e empregados permanentemente atualizados em todas as matérias pertinentes às suas responsabilidades”.

Um dos reflexos dessas exigências é a Resolução CMN 3.792 que prevê: “A aplicação dos recursos dos planos da EFPC requer que seus administradores e demais participantes do processo decisório dos investimentos sejam certificados por entidades de reconhecido mérito pelo mercado financeiro nacional”.

O Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social – ICSS é uma das entidades que conduzem o processo de certificação. Atualmente, cinco membros do Conselho Deliberativo, todos os membros da Diretoria Executiva, a assessora do Conselho Deliberativo, o gerente de Investimentos, a gerente de Seguridade Supletiva e o gerente de Controles Internos, Comunicação e Tecnologia ostentam essa certificação. Para o ano de 2011, outros gestores serão submetidos a esse processo.

A implantação de um programa de certificação dos dirigentes, além de alinhar-se com as melhores práticas de gestão, criou um novo paradigma de excelência técnica e gerencial dos fundos de pensão brasileiros, ao qual o Nucleos já aderiu.

2 Código de conduta e ética

Em 29 de janeiro de 2010, o Conselho Deliberativo aprovou a nova redação do Código de Conduta e Ética, que reúne o conjunto de normas que reflete o padrão ideal de comportamento e os valores éticos compartilhados pelos integrantes dos órgãos estatutários, colegiados, dirigentes e funcionários do Nucleos e objetiva que o planejamento e execução das suas ações se deem não apenas de acordo com as normas legais, mas também com a ética e a moral que regem o dia a dia das pessoas e das instituições. A íntegra do documento encontra-se disponível na página do Nucleos na internet: www.nucleos.com.br.

3 Controles internos e ISO 9001:2008

As práticas de governança mais difundidas (transparência, equidade, prestação de contas, cumprimento das leis e ética), devem continuamente identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos que possam comprometer a realização dos objetivos da entidade.

No Nucleos, adotamos um sistema de controles internos, refletido em uma matriz de riscos, calendário de obrigações, mapas de monitoramento e outras ferramentas de controle. O padrão do trabalho desenvolvido pode ser atestado pela certificação da norma ISO 9001:2008.

Desde a primeira certificação, ocorrida em 2006, o Nucleos é submetido a processos regulares de manutenção da norma ISO 9001:2008, com o escopo em Gestão de Planos de Benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar. Mais uma vez, em evento realizado no dia 18 de junho de 2010, o Instituto manteve a certificação concedida pela empresa Bureau Veritas Certification (BVC).

Nesta edição, a certificadora internacional dirigiu seu foco sobre o planejamento das mudanças ocorridas no Instituto na área de tecnologia, no sistema corporativo e na revisão dos processos e procedimentos, além da verificação dos demais documentos que compõem o Sistema de Gestão da Qualidade da entidade. A certificação tem validade até 14 de julho de 2012.

4 Sistema corporativo

Em 2010, o Nucleos manteve o objetivo de aprimorar seus sistemas corporativos, visando atender à gestão do Instituto de forma integrada, trazendo maior transparência, rapidez e confiabilidade nas suas ações e informações.

5 Despesas administrativas

Observado o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa, as despesas do ano de 2010 foram as seguintes:

Valores expressos em milhares de reais:

DESPESAS ADMINISTRATIVAS	9.361
ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL	8.663
Pessoal e Encargos	4.495
Treinamentos / Congressos e Seminários	71
Viagens e Estadias	97
Serviços de Terceiros	2.041
Pessoa Física	8
Consultoria Atuarial	230
Consultoria Jurídica	458
Consultoria de RH	105
Informática	1.136
Auditoria Contábil	104
Despesas Gerais	1.866
Depreciações e Amortizações	93
Contingências	-
ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	698
Pessoal e Encargos	468
Treinamentos / Congressos e Seminários	6
Viagens e Estadias	4
Serviços de Terceiros	194
Teleinformática para Bolsa	24
Consultoria em Bolsa	19
Consultoria Financeira	151
Despesas Gerais	25
Depreciações e Amortizações	1

6 Decisões judiciais favoráveis

No ano de 2010, o Instituto obteve decisões favoráveis, de caráter definitivo, que geraram ativos em montantes consideráveis. O resumo desses resultados é o seguinte:

A) R\$ 24.967.467,95 – Crédito em favor do Nucleos, nos autos do processo movido contra o BNDES e o Bacen (processo nº 91.012.3902-3) visando ao ressarcimento das perdas com expurgos inflacionários nos pagamentos dos encargos e da liquidação de títulos OFND (Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento).

B) R\$ 6.069.394,07 – Crédito em favor do Nucleos, nos autos do processo movido contra o Banco Central (processo nº 93.0012123-5), visando à correção plena dos depósitos bancários existentes à época do plano econômico “cruzados novos”.

C) R\$ 4.938.461,41 – Crédito em favor do Nucleos, nos autos do processo movido contra o INSS (processo nº 99.021.2457-7), visando ao ressarcimento das contribuições previdenciárias.



Da esquerda para a direita, a Diretoria Executiva em reunião: Mário Jorge de Lima Soares, diretor de benefícios, Luiz Claudio Levy Cardoso, diretor financeiro, e Norman Victor Walter Hime, presidente



Da esquerda para a direita, reunião do Conselho Deliberativo: Paulo Sergio Poggian, José de Mello Vilella, Paulo César da Rocha Dantas, Maria Aparecida da Silva (presidente), Dra. Kenia Merheb Diniz (assessora), Maria Cristina Gomes e Pedro Cardoso Franco



Jorge Pedro da Costa Ewbank, gerente de administração e gestão de pessoal, e Valéria Rocha da Silva, assistente administrativa



Da esquerda para a direita: Roberto Valladares dos Santos, assistente financeiro, Marcos Augusto Ferreira Lima, gerente financeiro, e Fernando Martins Santos, assistente contábil



Da esquerda para a direita: Ruy Costa Ferreira Filho, gerente de investimentos; Dra. Kenia Merheb Diniz, assessora dos Conselhos Deliberativo e Fiscal; Marcos Augusto Ferreira Lima, gerente financeiro, em reunião com a conselheira Elizabeth Taveira Ramos, membro do Conselho Fiscal



Mensagem do diretor financeiro



Prezado Participante,

O cenário de 2010 foi marcado pela recuperação da economia brasileira que registrou crescimento de 7,5%. A inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA atingiu 5,91% no acumulado do ano, acima do centro da meta de inflação definida pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, que era de 4,5% ao ano.

Por sua vez, o real manteve a trajetória de valorização frente ao dólar, que encerrou o ano cotado a R\$ 1,69, e a taxa Selic a 10,75% ao ano. Já os juros reais de longo prazo registraram notável baixa.

A Bolsa de Valores de São Paulo teve valorização de modestos 1,04%, refletindo as incertezas geradas pela crise da dívida dos países europeus – Grécia, Irlanda, Portugal, Espanha e Itália –, bem como a tímida recuperação da economia norte-americana após a crise da bolha imobiliária.

O reflexo desse cenário, principalmente a queda dos juros de longo prazo, favoreceu nossos investimentos em fundos exclusivos multimercado (Nucleos I e II) e de renda fixa (Nucleos V), gerando ganhos significativos para o Instituto. A rentabilidade dos fundos multimercado foi de 14,18%, acima da rentabilidade esperada de 13,94%, enquanto a rentabilidade do fundo de renda fixa foi de 40,65%, acima da rentabilidade esperada de 13,39%.

Em 2011, apesar das diversas crises que vêm ocorrendo no mercado internacional com inevitáveis reflexos em nossa economia, estamos atuando para aprimorar ainda mais a gestão dos nossos investimentos.

Atenciosamente,

Luiz Claudio Levy Cardoso
Diretor Financeiro





GESTÃO DE INVESTIMENTOS 2011

Informações relativas à Política de Investimentos 2011 e Resolução CMN 3.792/09.

“A tarefa essencial do professor é despertar a alegria de trabalhar e de conhecer.”

Albert Einstein - físico teórico alemão

1 Política de Investimentos

Política de Investimentos é o documento elaborado e aprovado no âmbito da entidade fechada de previdência complementar - EFPC, no nosso caso o Nucleos, com observância da legislação e de acordo com os compromissos atuariais do Plano Básico de Benefícios, com o intuito de definir a estratégia de alocação dos recursos garantidores do plano no horizonte de, no mínimo, cinco anos, com revisões anuais (Fonte: Dicionário de termos técnicos da previdência complementar fechada – Abrapp/ICSS).

A Política de Investimentos do Plano Básico de Benefícios do Nucleos para o período de 2011 a 2015 foi aprovada pelo Conselho Deliberativo em 29 de novembro de 2010, e sua íntegra está anexada ao presente Relatório Anual, bem como disponibilizada em nosso website.

Registramos que a Política de Investimentos foi elaborada com limites e critérios de seleção de ativos, observada uma ótica de conservadorismo (investimentos com menor risco agregado) e inferior aos patamares permitidos pela Resolução CMN 3.792.

2 Asset Liability Management – ALM

ALM é um modelo matemático de apoio à gestão de riscos, que fornece diretrizes para a gestão de investimentos. Tem como finalidade otimizar a relação ativo/passivo da carteira através da simulação da evolução do passivo atuarial e do patrimônio do plano.

A evolução do ativo é feita através da simulação de cenários macroeconômicos aplicados a classes de ativos-base, que representam as opções de investimento do plano. Já o passivo é projetado considerando-se as hipóteses atuariais que impactam no resultado final do estudo.

O ALM do Nucleos foi calculado pela Towers Watson, que utilizou dois cenários econômicos: (i) Cenário Atual (fonte: Pesquisa Focus e Anbima); (ii) Cenário Longo Prazo (fonte: Tendências Consultoria).

Vejam os:

CENÁRIO	JUROS			CRESCIMENTO	
	1 ano	3 anos	10 anos	Inflação	PIB
Atual	11,35%	11,99%	11,88%	5,05%	7,53%
Longo Prazo	9,00%	9,15%	9,30%	3,90%	3,70%

3 Outras considerações sobre o cenário econômico – 2010

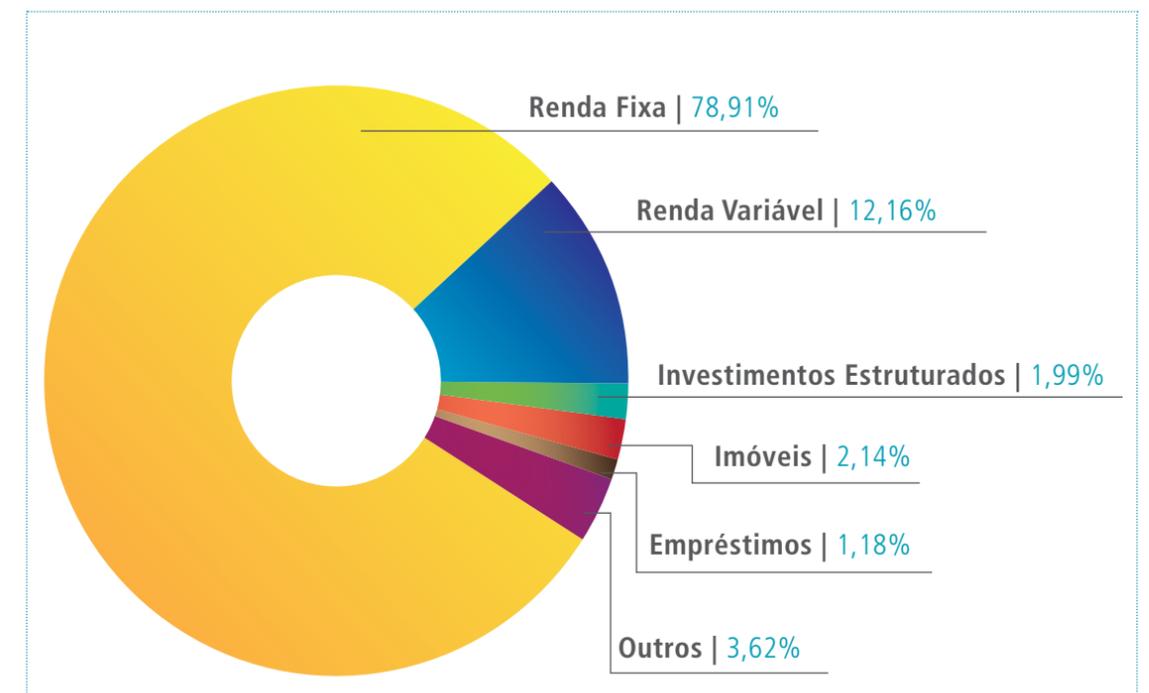
Crises e incertezas relacionadas à solvabilidade da dívida soberana de diversos países na Europa foram a tônica de 2010. Além disso, a fraca recuperação da economia norte-americana, mesmo com excesso de liquidez no sistema, também pressionou os mercados.

No Brasil, o forte crescimento econômico mostrou o vigor da demanda doméstica, consolidando a recuperação pós-crise que abalou a comunidade financeira internacional entre 2007 e 2009. Assim, destacou-se a predominância do mercado brasileiro como destino dos recursos para aplicação financeira, estimulados pela estabilidade econômica e pela alta rentabilidade dos produtos ofertados.

As expectativas para 2011 continuam positivas quanto ao fluxo de recursos estrangeiros para os mercados emergentes como o Brasil, especialmente em função da economia dos países desenvolvidos ainda não estarem plenamente estabilizadas.

4 Alocação de ativos

O resumo dos investimentos é o seguinte:



5 Fundos exclusivos

O Nucleos é titular de cinco fundos de investimentos exclusivos, segmentados em multimercado, renda variável e renda fixa (ALM). Em 2010, os gestores de dois fundos foram substituídos, Credit Suisse e Santander. O objetivo dessas substituições foi o aprimoramento das performances das carteiras, melhor gestão de risco e aderência à política de investimentos do Instituto.

Além disso, os nomes dos fundos foram alterados para melhor visualização e passaram a ser registrados assim:

DE	PARA
SulAmérica Zircônio Fundo de Investimento Multimercado	Nucleos I SulAmérica Fundo de Investimento Multimercado
Urânio Fundo de Investimento Multimercado	Nucleos II Modal Fundo de Investimento Multimercado
Credit Suisse Titânio Fundo de Investimento em Ações	Nucleos III BMY Mellon ARX Fundo de Investimento em Ações
Fundo de Investimento Próton em Ações	Nucleos IV Votorantim Fundo de Investimento em Ações
Fundo de Investimento Monazita Renda Fixa	Nucleos V Votorantim ALM Fundo de Investimento Renda Fixa

5.1 Nucleos I

Fundo multimercado gerido e administrado pela SulAmérica Investimentos, com benchmark para o ano de 2010 de 55% do IMA-B, 35% do IMA-S e 10% do IRF-M. A rentabilidade apurada foi de 14,03%, superior ao seu benchmark, que rentabilizou 13,94%. É composto basicamente por títulos públicos federais – cerca de 76% –, sendo, na sua maior parte, títulos indexados ao índice oficial de inflação – IPCA (NTN-Bs). Possui, ainda, debêntures de empresas de baixo risco de crédito (14%), CDBs de bancos de 1ª linha (4,5%), Letras Financeiras Subordinadas do Banco Itaú (3%), Notas Promissórias da Redecard (1,9%) e um FIDC (0,2%). Além disso, o fundo faz proteção da sua carteira utilizando-se de instrumentos derivativos.

5.2 Nucleos II

Fundo multimercado gerido e administrado pelo Modal Asset Management, com benchmark para o ano de 2010 de 55% do IMA-B, 35% do IMA-S e 10% do IRF-M. A rentabilidade apurada foi de 14,48%, superior ao seu benchmark, que rentabilizou 13,94%. É composto basicamente por títulos públicos federais indexados ao IPCA (70%), indexados à taxa Selic (10%) e prefixados, (12%). Além disso, possui CDBs de bancos de 1ª linha (8%) e debêntures de baixo risco de crédito (0,6%).

5.3 Nucleos III

Fundo de ações gerido e administrado pelo BNY Mellon ARX Investimentos Ltda., com benchmark para o ano de 2010 de IBrX-50 + 2% ao ano. A rentabilidade apurada foi de 0,40%, inferior ao seu benchmark, que rentabilizou 2,76%. É composto basicamente por 95% em ações negociadas na Bovespa e que façam parte do Índice Ibovespa ou do IBrX. O restante são operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais (2,6%) e Letras Financeiras do Tesouro Nacional – LFT (2,2%).

5.4 Nucleos IV

Fundo de ações gerido e administrado pela Votorantim Asset Management, com benchmark para o ano de 2010 de IBrX-50 + 2% ao ano. A rentabilidade apurada foi de 2,75%, inferior ao seu benchmark, que rentabilizou 2,76%. É composto basicamente por 91,5% em ações negociadas na Bovespa e que façam parte do Índice Ibovespa ou do IBrX e por Letras Financeiras do Tesouro Nacional – LFT (8,4%).

5.5 Nucleos V

Fundo de renda fixa gerido e administrado pela Votorantim Asset Management, com benchmark para o ano de 2010 de INPC + 6,5% ao ano. A rentabilidade apurada foi de 40,65%, superior ao seu benchmark, que rentabilizou 13,39%. É composto exclusivamente por títulos públicos federais. Em 31 de dezembro de 2010, os títulos públicos que compõem a carteira do Fundo Nucleos V ALM Renda Fixa foram reclassificados, ou seja, foram transferidos da categoria de títulos mantidos até o vencimento para a categoria de títulos para negociação. Os montantes, a natureza e as faixas de vencimento desses títulos são os descritos na tabela anexa às Demonstrações Contábeis, nota 7 "a". A citada tabela contempla, ainda, os valores de custo e de mercado (segregados por título), o montante dos títulos reclassificados e o reflexo no resultado. Note-se que os parâmetros utilizados na determinação dos valores de custo e de mercado foram: a) valores de custo – custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período; b) valores de mercado – valores ajustados diariamente pelo valor dos títulos para negociação, computando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período. A motivação precípua da reclassificação efetivada foi a melhor determinação do valor do ativo que faz frente ao passivo atuarial do Nucleos, conjugada com a conjuntura econômica vigente, e foi respaldada no artigo 6º, §1º, inciso II, da Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002.

6 Fundos de investimento em participações

Representam aplicações efetuadas em fundos de investimento em participações (CRT FIP e Energia PCH FIP), valorizadas pelas cotas do último dia útil do mês, informadas pelos administradores dos respectivos fundos.

6.1 Concessionária Rio-Teresópolis - CRT

O Fundo de Investimento em Participação – CRT é gerido e administrado pela Oliveira Trust. O Nucleos possui 100% do patrimônio líquido do CRT FIP que, por sua vez, tinha 99% de seus ativos compostos por investimentos na Concessionária Rio-Teresópolis S.A. O fundo valorizou 59,72% em 2010, contra 13,39% de seu benchmark (INPC + 6,5%). Cabe ressaltar que esta rentabilidade é devida à atualização do valor justo da empresa, efetuada em novembro de 2010. Com a nova precificação, o fundo obteve um ganho extra de R\$ 5.526.516,63. Não obstante a boa rentabilidade de 2010, o Nucleos está desenquadrado em relação à Resolução CMN nº 3.792 por deter 100% das cotas desse FIP, adquiridas em 2003, quando o limite legal é de 25%. Para se enquadrar nos limites legais, o Instituto iniciou um processo que consiste em ofertas públicas semestrais, através de leilões eletrônicos da Cetip S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (Cetip S.A.). Apesar de ampla divulgação, até a presente data não houve interessados na aquisição da parte excedente ao limite legal.

6.2 Energia PCH

O Fundo de Investimento em Participação – Energia PCH é gerido pela Infra Asset Management e administrado pelo Banco Santander Brasil S.A. O Nucleos possui aproximadamente 1% do fundo de investimento Energia PCH FIP, que, por sua vez, possui em carteira, principalmente, adiantamentos concedidos à empresa Juruena Participações S.A. e ações da referida empresa, representando 55,62% e 38,53% do total da carteira do PCH FIP, respectivamente. O fundo desvalorizou 0,82% em 2010, contra 13,39% de seu benchmark (INPC + 6,5%), pois encontra-se ainda na fase de implantação (construção de pequenas centrais hidrelétricas - PCHs). Trata-se de investimento realizado em agosto de 2004 para participar da construção de cinco PCHs em Mato Grosso.

7 Carteira própria

A carteira própria é constituída por debêntures adquiridas até junho de 2005 (R\$ 32 milhões). A posição em 31 de dezembro de 2010 é a seguinte:

DATA	FUNDO	C / V	ATIVO	QTDE	VALOR INVESTIDO	VALOR ATUALIZADO (EM 31/12/2010)	VENCIMENTO
19/02/04	Carteira Própria	C	Bgpar (Deb)	4.200	4.534.278	563.760,85	
30/04/04	Urânio	C	Bgpar (Deb)	1.800	2.044.962	391.500,59	1. Out. 2011
02/07/04	Megawatt	C	Bgpar (Deb)	1.250	1.461.225	1.315.441,98	
TOTAL BGPAP				7.250	8.040.465	2.270.703,42	
21/09/04	Monazita	C	Cemig (Deb)	150	1.829.994	1.384.229,36	1. Jun. 2014
23/09/04	Megawatt	C	Cemig (Deb)	85	1.038.586	2.441.627,57	
TOTAL CEMIG				235	2.868.580	3.825.856,93	
06/04/05	Urânio	C	Concepa (Deb)	1.200	1.353.612		1. Abr. 2010
08/04/05	Monazita	C	Concepa (Deb)	800	903.904		Integralmente paga
08/04/05	Megawatt	C	Concepa (Deb)	2000	2.259.760		
TOTAL CONCEPA				4.000	4.517.276	0,00	
29/09/04	Megawatt	C	Sabesp (Deb)	500	555.474		1. Set. 2009
19/10/04	Megawatt	C	Sabesp (Deb)	900	1.009.117		Integralmente paga
13/01/05	Monazita	C	Sabesp (Deb)	2.250	2.673.042		
13/01/05	Urânio	C	Sabesp (Deb)	2.000	2.376.037		
13/01/05	Urânio	C	Sabesp (Deb)	250	297.745		
TOTAL SABESP				5.900	6.911.414	0,00	
20/10/04	Monazita	C	Sanesalto (Deb)	3.000	3.278.130	4.038.788,07	
21/10/04	Megawatt	C	Sanesalto (Deb)	1.800	1.968.174	3.213.586,53	1. Jun. 2021
22/10/04	Titânio	C	Sanesalto (Deb)	2.400	2.625.936	2.415.057,50	
TOTAL SANESALTO				7.200	7.872.240	9.667.432,10	
08/10/03	Urânio	C	Econorte (Deb)	2.435	3.593.183		1. Abr. 2009
11/12/03	Monazita	C	Econorte (Deb)	518	770.888		Integralmente paga
TOTAL VIGOR				2.953	4.364.071	0,00	
10/06/05	Megawatt	C	Têxtil Renaux (Deb)	1.500	1.576.871		1. Set. 2010
14/06/05	Monazita	C	Têxtil Renaux (Deb)	1.500	1.577.556		Provisão para perda em ago/06, valor em 31/12/2010 (14.598.245,12)
20/06/05	Zircônio	C	Têxtil Renaux (Deb)	3.991	4.205.995		
TOTAL TÊXTEL RENAUX				6.991	7.360.422	0,00	
18/11/03	Urânio	C	Triunfo (Deb)	3.000	4.382.918	4.627.739,00	
03/12/03	Monazita	C	Triunfo (Deb)	3.150	4.267.967	3.782.662,97	1. Jan. 2013
17/12/03	Carteira Própria	C	Triunfo (Deb)	3.670	5.004.265	3.845.899,73	
17/12/03	Carteira Própria	C	Triunfo (Deb)	3.000	4.092.540	3.972.860,43	
TOTAL TRIUNFO				12.820	17.747.690	16.229.162,13	
03/11/03	Urânio	C	Ulbra (Deb)	3.720	4.039.883		1. Jan. 2012
10/12/03	Monazita	C	Ulbra (Deb)	3.900	4.230.525		Provisão para perda em ago/09, valor em 31/12/2010 (20.629.608,94)
18/12/03	Carteira Própria	C	Ulbra (Deb)	2.800	3.048.332		
15/01/04	Carteira Própria	C	Ulbra (Deb)	6.470	7.083.356		
30/04/04	Urânio	C	Ulbra (Deb)	680	774.663		
24/06/04	Európio	C	Ulbra (Deb)	859	1.026.621		
24/08/04	Carteira Própria	C	Ulbra (Deb)	8.400	10.038.840		
TOTAL ULBRA				26.829	30.242.219	0,00	
10/11/04	Megawatt	C	Univercidade (Deb)	2.000	2.350.500		1. Dez. 2009
12/11/04	Urânio	C	Univercidade (Deb)	3.000	3.530.280		Integralmente paga
12/11/04	Monazita	C	Univercidade (Deb)	3.000	3.530.280		
TOTAL UNIVERCIDADE				8.000	9.411.060	0,00	
TOTAL DAS DEBÊNTURES NA CARTEIRA PRÓPRIA						31.993.154,58	

8 Empréstimos a participantes

Até fevereiro de 2010, a concessão de novos empréstimos permaneceu suspensa. Tal medida foi motivada pelos seguintes fatos: as novas regras impostas pelo Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – Siape, no qual são processadas as folhas de pagamento da INB e da Nuclep; a substituição do sistema corporativo e a atualização do parque tecnológico. Por último, foi necessário adaptar a carteira de empréstimos para as novas exigências estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, por meio da resolução CMN 3.792/09.

Ultrapassadas tais etapas, em 25 de fevereiro de 2010 as novas concessões foram retomadas. É preciso observar que as regras e os procedimentos foram alterados para garantir melhor segurança ao Instituto, uma vez que a carteira de empréstimos é uma classe de investimentos, que também necessita de um retorno financeiro adequado para o pagamento dos benefícios contratados.

A rentabilidade apurada foi de 16,34%, superior ao seu benchmark, que rentabilizou INPC + 7% (13,92%). Esse segmento monta a R\$ 13.504.430,59 em 31 de dezembro de 2010.

9 Imóveis

Em 23 de novembro de 2010, os imóveis que compõem a carteira foram reavaliados, o que resultou num impacto positivo superior a R\$ 5 milhões e rentabilidade de 41,94% (contra a rentabilidade esperada de INPC + 6,5%, ou seja, 13,39%). Atualmente, existe em andamento um plano de renovação da carteira. O Instituto possui os seguintes imóveis:

LOCALIZAÇÃO

Nome da Rua	Número	Complemento	UF	CEP	% do Plano no Imóvel/ Empreendimento	Valor Contábil R\$
Praia do Flamengo	200	7º andar	RJ	22210-030	100%	7.321.369,14
Mena Barreto	161	-	RJ	22271-100	100%	10.462.044,79
Victor Civita	66	bloco 1 - 5º andar	RJ	22775-044	100%	3.694.866,59
Rodrigo Silva	26	15º andar	RJ	20011-040	100%	1.921.211,77

10 Despesas com os investimentos

Com relação aos custos de gestão, custódia, consultoria e administração dos investimentos, houve um acréscimo de 10% em relação ao ano de 2009, decorrente do aumento dos recursos garantidos e não do incremento das despesas administrativas. Os valores foram os seguintes:

CUSTOS COM A ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS

Custos com a Administração dos Recursos	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Ano
Pessoal e Encargos	140.255	109.598	101.172	127.336	478.361
Despesas Administrativas	951.817	917.276	930.359	649.521	3.448.973
Custódia	71.704	72.162	79.544	78.458	301.868
Consultoria Financeira	43.692	41.981	18.159	46.049	149.881
Consultorias (Teleinformática & Bolsa)	12.047	14.210	9.130	7.871	43.258
Gestão/Administração dos Recursos Externos	302.119	259.676	288.705	302.753	1.153.253
Outros Custos	-	-	-	-	-
Total	1.521.634	1.414.903	1.427.069	1.211.988	5.575.594

Custódia - BANCO ITAÚ

Auditor de gestão - KPMG AUDITORES INDEPENDENTES

Auditor Contábil - KPMG AUDITORES INDEPENDENTES

Assessoria atuarial - TOWERS WATSON

11 Recuperações - Banco Santos

Em 2010, o Nucleos recuperou o valor de R\$ 556.327,52, através do Fundo Nucleos II, e R\$ 3.928,25 depositados diretamente na conta do Nucleos, relativos aos recursos na ordem de R\$ 6,9 milhões investidos em debêntures Procid Participações e Negócios S.A. e Certificados de Depósitos Bancários (CDBs).

12 Informações gerais

→ CARTEIRA GLOBAL DE INVESTIMENTOS

DESCRIÇÃO	2010		2009	
	R\$ mil	(%)	R\$ mil	(%)
Renda Fixa	902.728	79,01	712.678	82,58
Letras Financeiras do Tesouro	490	0,04	1.785	0,21
Quotas de Fundos de Renda Fixa	870.245	76,16	668.287	77,43
Debêntures não Conversíveis	31.993	2,80	39.098	4,53
Certificado de Depósito Bancário	0	0,00	3.508	0,41
Renda Variável	139.076	12,17	106.632	10,12
Quotas de Fundos de Investimento	139.076	12,17	87.332	10,12
Investimento Estruturado	22.759	1,99	19.300	2,24
Quotas de Fundos em Participações	22.759	1,99	19.300	2,24
Investimentos Imobiliários	24.530	2,15	19.672	2,28
Empréstimos aos Participantes	13.504	1,18	15.934	1,85
Outros	41.415	3,62	6.455	0,75
Total do Programa de Investimentos	1.144.013	-	861.371	-
(+) Disponível	116	0,01	1.685	0,20
(-) Exigível Operacional (Programa de Investimentos)	-1.535	-0,13	-25	0,00
(=) Total dos Recursos Garantidores	1.142.594	100,00	863.031	100,00

→ ADERÊNCIA À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS E AOS LIMITES LEGAIS

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	ALOCACÃO EM 31/12/2010	LIMITES DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS			LIMITE LEGAL (RES. 3.792)	ENQUADRAMENTO	
		Objetivo*	Limite Inferior	Limite Superior		Legal	Política
Renda Fixa	79,01%	76,67%	60,00%	100,00%	100,00%	ok	ok
Renda Variável	12,17%	17,83%	0,00%	30,00%	70,00%	ok	ok
Investimentos Estruturados	2,00%	0,00%	0,00%	5,00%	20,00%	ok	ok
Fundos de Investimentos em Participação	2,00%	0,00%	0,00%	5,00%	-	ok	ok
Fundos Multimercado	0,00%	0,00%	0,00%	3,00%	10,00%	ok	ok
Investimentos no Exterior	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%	ok	ok
Imóveis	2,15%	3,05%	0,00%	5,00%	8,00%	ok	ok
Aluguéis e Renda	2,15%	0,00%	0,00%	5,00%	-	ok	ok
Empreendimentos Imobiliários	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%	-	ok	ok
Outros Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%	-	ok	ok
Empréstimos	1,18%	2,45%	0,00%	10,00%	15,00%	ok	ok
Empréstimos e Participantes	1,18%	2,45%	0,00%	10,00%	-	ok	ok
Financiamentos Imobiliários a Participantes	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-	ok	ok

(*) Período de 2010 a 2014

→ INVESTIMENTOS POR TIPO DE GESTÃO

INVESTIMENTO	GESTORES	SEGMENTO	PATRIMÔNIO (DEZEMBRO 2010)	% RECURSOS GARANTIDORES
Nucleos I SulAmérica FIM	SulAmérica	Renda Fixa	222.298.219	19,46%
Nucleos II Modal FIM	Santander	Renda Fixa	113.064.735	9,90%
Nucleos III BNY Mellon ARX FIA	Credit Suisse	Renda Variável	42.483.224	3,72%
Nucleos IV Votorantim FIA	Votorantim	Renda Variável	96.592.969	8,45%
Nucleos V Votorantim ALM RF	Votorantim	Renda Fixa	534.639.623	46,79%
PCH FIP	Santander	Participação	4.179.246	0,37%
CRT FIP	Oliveira Trust	Participação	18.579.821	1,63%
Votorantim Institucional RF	Votorantim	Renda Fixa	242.437	0,02%
Total Terceirizado			1.032.080.274	90,33%
GESTÃO INTERNA				
Carteira Própria	Nucleos	Renda Fixa	32.483.101	2,84%
Carteira Própria	Nucleos	Imóveis	24.530.073	2,15%
Carteira Própria	Nucleos	Empréstimos	13.504.431	1,18%
Total Gestão Interna			70.517.605	6,17%
Outros Realizáveis			41.415.142	3,62%
Disponível – Exigível Operacional			-1.419.014	-0,12%
Total de Recursos			1.144.013.021	
Total de Recursos Garantidores*			1.142.594.007	100,00%

* Recursos Garantidores: De acordo com a Instrução MPS/Previc nº 1, de 13 de abril de 2010, consideram-se recursos garantidores dos planos de benefícios administrados por entidades fechadas de previdência complementar os ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, não computados os valores referentes a dívidas contratadas com os patrocinadores.

fonte: Previc

Veja a seguir a composição do patrimônio líquido a partir dos recursos garantidores.

Total de recursos garantidores	R\$ 1.142.594.007,07
Dívida das Patrocinadoras (Gestão Previdencial)	(+) R\$ 299.426.305,20
Gestão Previdencial (outros)	(+) R\$ 4.256.799,47
Gestão Administrativa (contas 122 e 212)	(-) R\$ 695.346,83
Ativo Permanente	(+) R\$ 524.795,46
Exigível Operacional	(-) R\$ 236.708,92
Contingencial	(-) R\$ 27.651,88
Patrimônio Social	R\$ 1.445.842.199,57
Fundos	(-) R\$ 4.128.814,36
Patrimônio Líquido	R\$ 1.441.713.385,21



O presidente do Núcleo, Norman Victor Walter Hime, e a presidente do Conselho Deliberativo, Maria Aparecida da Silva



Da esquerda para a direita: Maria Irene Teixeira da Costa, analista de segurança; Barbara Roberta M. A. de Biase, analista de segurança, e Mário Jorge de Lima Soares, diretor de benefícios



Da esquerda para a direita: Paula Magalhães, analista de segurança; Wilson Mesquita da Silva, analista de segurança, Mário Jorge de Lima Soares, diretor de benefícios, e Ítalo José da Silva, analista de segurança



Da esquerda para a direita: Alex Cordeiro da Cruz, analista de sistemas; Diogo Souza Pontes, analista de controladoria; Renato Alves da Cunha, analista de sistemas, reunidos com o gerente de controles internos, comunicação e tecnologia, Isaac Ferreira da Silva



Mensagem do diretor de benefícios



Caro Participante,

Lutas vencidas, dificuldades superadas

O dinamismo das nossas atividades é a mola mestra do nosso setor. Hoje, a previdência complementar é uma locomotiva em movimento, carregando cada vez mais bagagens, formadas por uma legislação altamente restritiva, monitoradora, controladora e fiscalizadora. A cada dia se adicionam ao sistema medidas que visam à preservação e à garantia dos compromissos assumidos.

Este processo não é a simples administração de benefícios, mas sim uma gestão patrimonial que tem como objetivo manter o Instituto forte e saudável, de modo que esta força seja traduzida em tranquilidade para todos nós, participantes, assistidos e, ainda, patrocinadoras.

O Nucleos, desde o início do ano de 2010, teve como um dos grandes desafios a substituição do seu sistema corporativo, que é integrado, trazendo maior transparência, rapidez e confiabilidade nas suas ações e informações. O novo sistema encontra-se em fase final de implantação.

Aprimoramos em nosso portal na internet uma nova área de comunicação onde são disponibilizadas informações pessoais. Essas informações, de caráter sigiloso (com acesso através de senha pessoal), permitem uma visualização da reserva de poupança, do tempo de filiação necessário à aposentadoria e do saldo devedor de empréstimo.

Ainda em 2010, iniciamos o recadastramento, que será concluído em 31 de março de 2011 — o que nos permitirá uma melhor comunicação com os participantes e os assistidos.

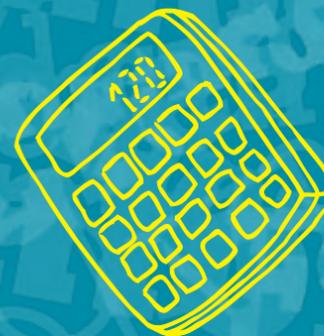
Um fundo de pensão cada vez mais sólido não é mais uma opção, mas sim uma necessidade para todos nós participantes, já aposentados ou que ainda vão se aposentar.

Assim, para que possamos assegurar o nosso futuro não tenho dúvidas de que as medidas técnicas adotadas nem sempre são populares, mas tenho absoluta convicção de que nossas atitudes colocam sempre o interesse coletivo acima do interesse individual. O remédio às vezes é amargo, eu sei, mas tenho certeza de que estamos trabalhando a duras penas para termos uma entidade cada vez mais forte e segura. E temos conseguido.

Com um abraço,

Mário Jorge de Lima Soares

Diretor de Benefícios

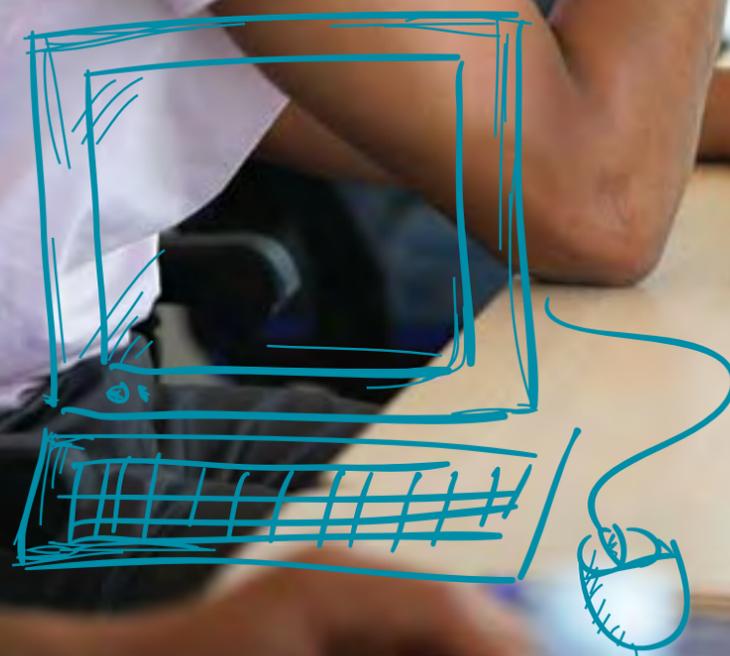




Gestão Previdencial

“Sem a curiosidade que me move, que me inquieta, que me insere na busca, não aprendo nem ensino.”

Paulo Freire – educador e filósofo brasileiro



1 Informações gerais sobre o PBB

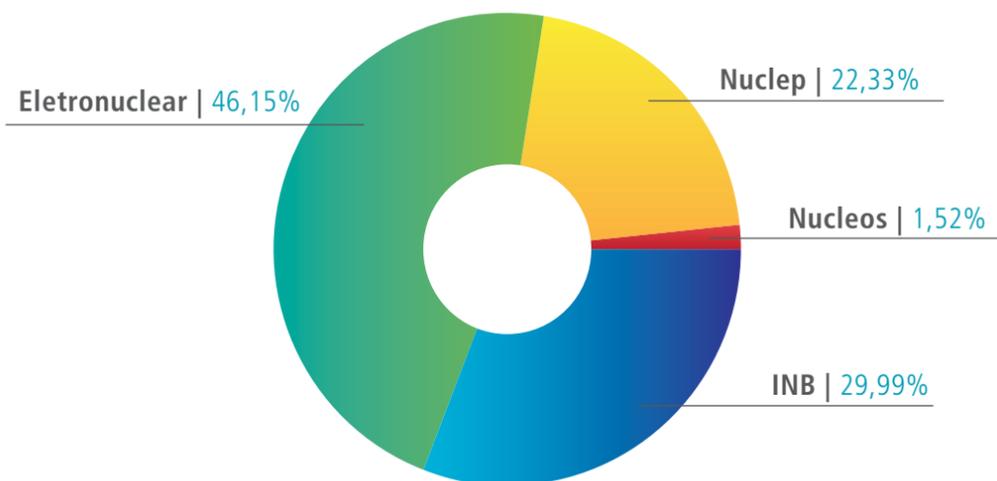
O Plano Básico de Benefícios – PBB administrado pelo Nucleos é um plano na modalidade de benefício definido e tem como empresas patrocinadoras a Eletrobrás Termonuclear S.A. – Eletronuclear, a Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. – Nuclep, a Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB e o próprio Instituto, considerada a solidariedade de custos entre todas as empresas.

1.1 Participantes Ativos

No encerramento do exercício de 2010, o Nucleos contou com 3.224 participantes ativos, como demonstra o quadro ao lado (distribuição dos participantes ativos por patrocinadora e com a variação percentual em relação ao ano anterior):

PATROCINADORA	2009	2010	VARIAÇÃO
INB	956	967	5,22%
Eletronuclear	1.382	1.488	7,67%
Nuclep	610	720	18,03%
Nucleos	49	49	0,00%
Total	3.173	3.224	8,92%

→ DISTRIBUIÇÃO DE PARTICIPANTES POR PATROCINADORA



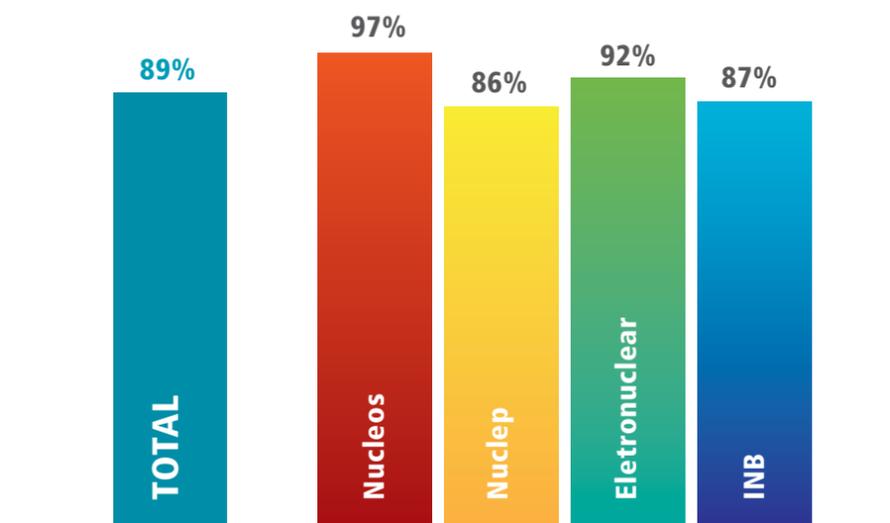
Observação: Do total de 3.224 participantes em 2010, 51 são autopatrocinados (ex-funcionários que optaram por manter o vínculo com o Nucleos), assumindo, além do pagamento de sua própria contribuição, aquela que seria de responsabilidade da patrocinadora.

1.2 Novos Participantes

A adesão dos funcionários das patrocinadoras ao Plano de Básico de Benefícios em 2010 foi a seguinte:

PATROCINADORA	PARTICIPANTES	EMPREGADOS	ADESÃO
INB	956	1.097	87%
Eletronuclear	1.474	1.602	92%
Nuclep	711	830	86%
Nucleos	32	33	97%
Total	3.173	3.562	89%

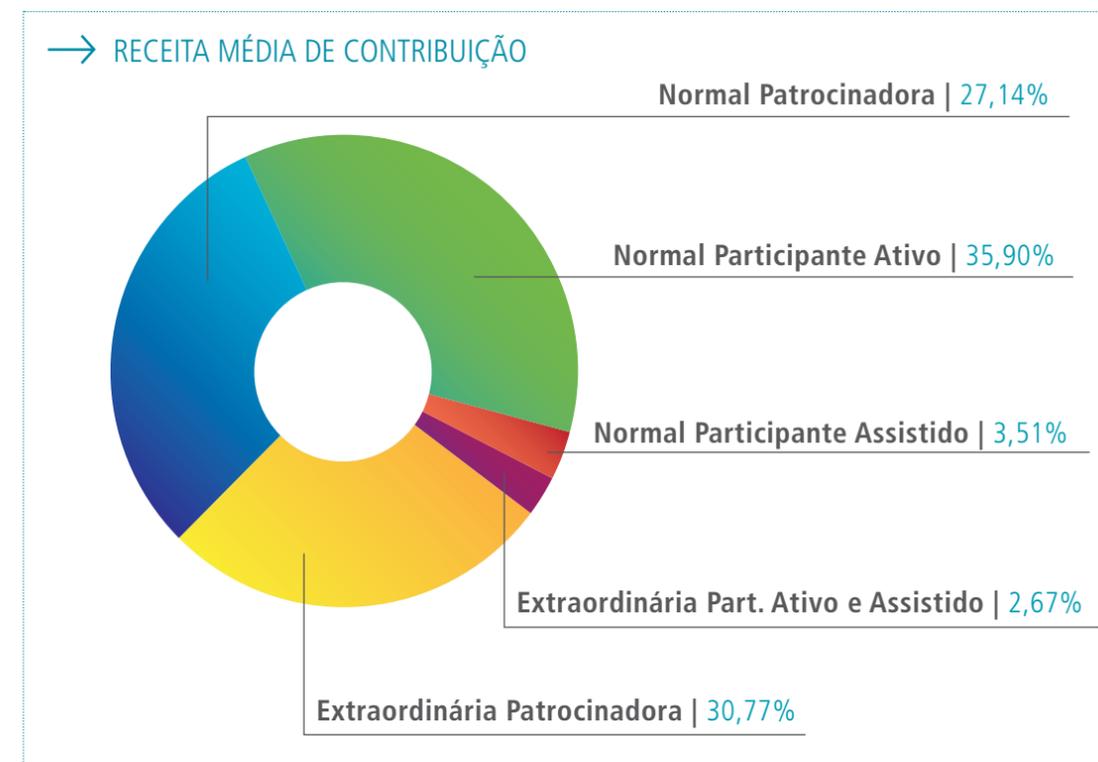
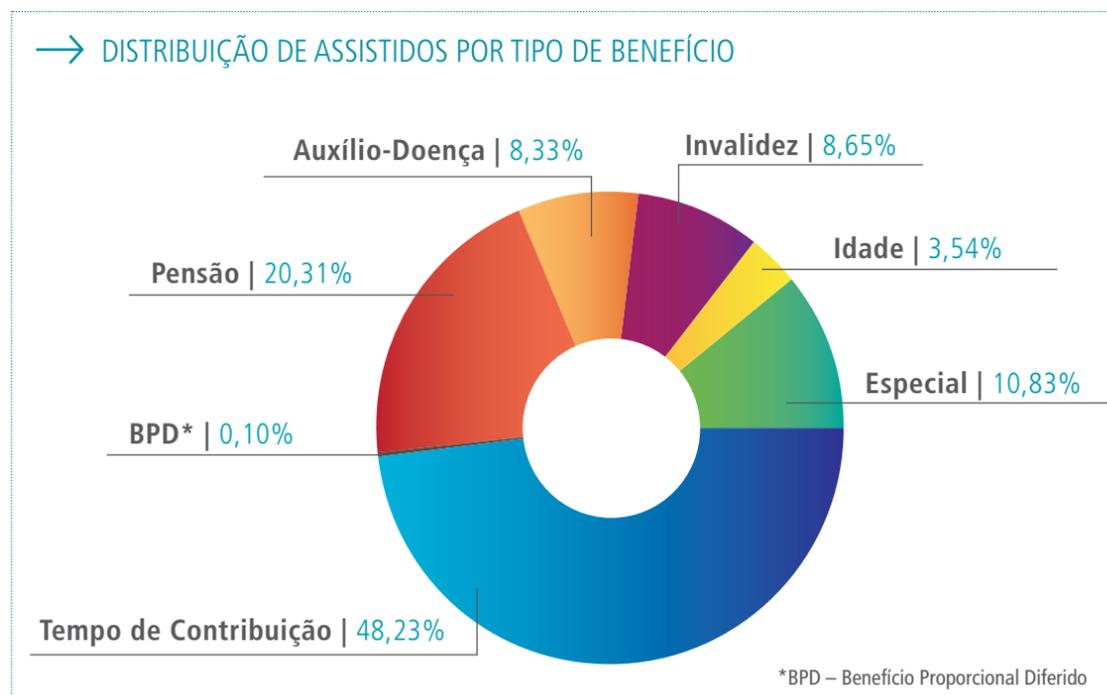
→ PERCENTUAL DE ADESÃO AO PLANO



1.3 Participantes Assistidos

Em 31 de dezembro de 2010, o número de benefícios pagos atingiu a posição de 969, o que significa um aumento de 1% em relação ao ano anterior.

TIPO DE BENEFÍCIO	2009	2010	VARIAÇÃO
Tempo de Contribuição	463	477	3%
Especial	104	108	4%
Idade	34	34	0%
Invalidez	83	83	0%
Auxílio-Doença	80	67	-16%
Pensão	195	198	2%
BPD	1	2	100%
Total	960	969	1%



Observação: Contribuição Extraordinária é destinada ao custeio do déficit e serviço passado.

1.4 Recursos Coletados

As receitas previdenciais estão representadas pelo volume anual total e médio mensal das contribuições vertidas para o plano, por participantes e patrocinadoras, conforme demonstrado no quadro ao lado e no gráfico Receita Média de Contribuição.

ORIGEM DA CONTRIBUIÇÃO		TOTAL DO ANO	MÉDIA MENSAL
Participante Ativo	Normal	10.446.325,28	803.563,48
	Déficit Equacionado	648.600,08	648.600,08
Participante Assistido	Normal	1.022.325,72	78.640,44
	Déficit Equacionado	129.419,41	129.419,41
Patrocinadora	Normal	7.897.424,69	607.494,21
	Serviço Passado	7.999.402,58	615.338,66
	Déficit Equacionado	954.753,02	954.753,02
Total		29.098.250,78	3.837.809,30

1.5 Despesas com pagamento de benefícios

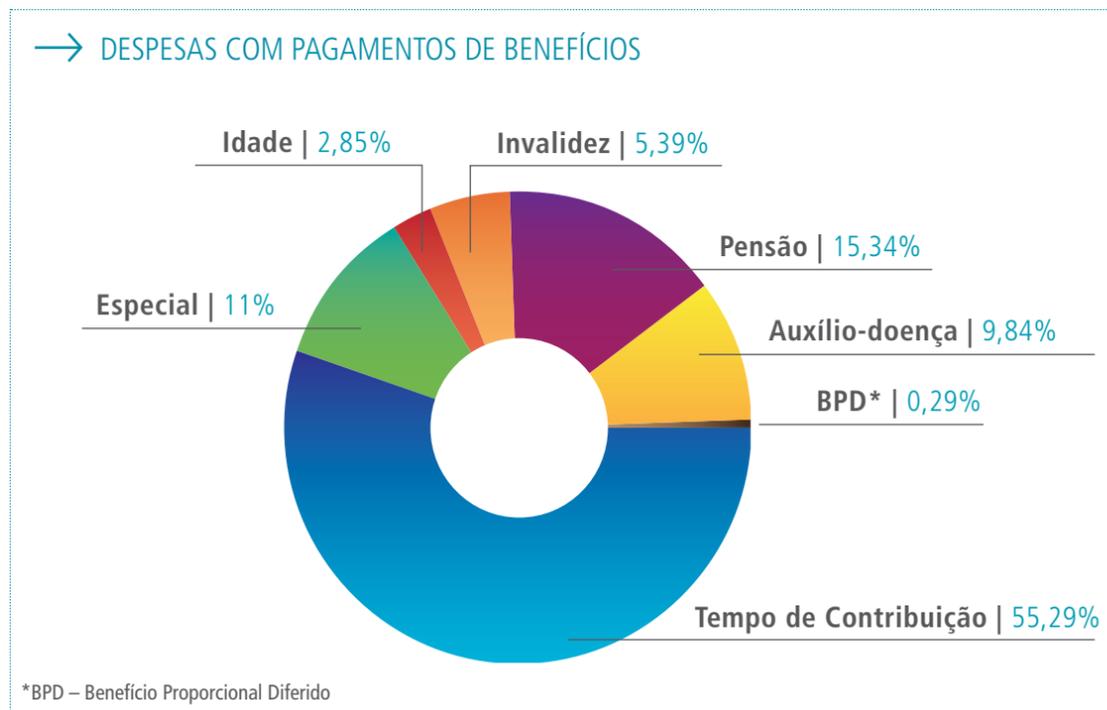
As despesas previdenciais representam o dispêndio com o pagamento dos benefícios. Veja os quadros e o gráfico Despesa com Pagamento de Benefícios.

→ DESPESA COM PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS - TOTAL NO ANO

TIPO DE BENEFÍCIO	DESPESA
Tempo de Contribuição	15.088.883
Especial	3.002.350
Idade	777.260
Invalidez	1.471.221
Pensão	4.186.185
Auxílio-doença	2.684.987
BPD	79.477
Total	27.290.362

→ DESPESA COM PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS - MÉDIA MENSAL

TIPO DE BENEFÍCIO	DESPESA
Tempo de Contribuição	1.257.407
Especial	250.196
Idade	64.772
Invalidez	122.602
Pensão	348.849
Auxílio-doença	223.749
BPD	6.623
Total	2.274.197



2 Avaliação atuarial

A avaliação atuarial é o dimensionamento do volume de recursos necessários (contribuições) para o financiamento do compromisso (provisões) firmado entre a entidade (Nucleos) e o participante através do regulamento.

A avaliação atuarial propriamente dita consiste em calcular, de acordo com as premissas atuariais e o método de financiamento estabelecido em nota técnica atuarial, o valor atual necessário para a garantia dos benefícios prometidos de acordo com o Regulamento do Plano Básico de Benefícios. Esse valor, denominado de Provisão Matemática, pode ser referente aos benefícios já concedidos (PMBC) ou a conceder (PMBAC).

PMBC - Valor que a entidade deve possuir no Ativo Líquido, calculado atuarialmente, a fim de garantir os benefícios dos participantes que recebem benefício.

PMBAC - Valor que a entidade deve possuir no Ativo Líquido, calculado atuarialmente, a fim de garantir o benefício futuro dos participantes que contribuem para o plano.

2.1 Premissas utilizadas na avaliação atuarial

As premissas atuariais utilizadas na avaliação de 2010 estão em consonância com os preceitos estabelecidos na Resolução nº 18 do CGPC, de 28/03/2006, e, comparativamente à reavaliação realizada em 2009, estão sintetizadas no quadro a seguir:

PREMISSA ATUARIAL	AVALIAÇÃO ATUARIAL 2010	AVALIAÇÃO ATUARIAL 2009
1. Bases Biométricas		
1.1 Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 para assistidos e para ativos	AT-2000 para assistidos e para ativos
1.2 Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49	AT-49
1.3 Tábua de Entrada em Invalidez	A. Vindas	A. Vindas
1.4 Hipótese sobre Composição Familiar	95% dos participantes ativos possuem cônjuge na data do evento (mulher 4 anos mais jovem que o homem); pensionistas: composição familiar informada; aposentados: caso estado civil casado ou companheiro, admite-se um cônjuge, sendo a mulher 4 anos mais jovem que o homem.	95% dos participantes ativos possuem cônjuge na data do evento (mulher 4 anos mais jovem que o homem); pensionistas: composição familiar informada; aposentados: caso estado civil casado ou companheiro, admite-se um cônjuge, sendo a mulher 4 anos mais jovem que o homem.
2. Rotatividade	Até 47 anos INB, Eletronuclear e Nuclep: 1% Após 47 anos igual a zero	Até 47 anos INB, Eletronuclear e Nuclep: 1% Após 47 anos igual a zero
3. Crescimento Anual Real de Salários	2,01% ao ano, conforme informado pelas patrocinadoras	2,01% ao ano, conforme informado pelas patrocinadoras
4. Taxa Anual de Juros	6%	6%
5. Taxa de Custeio Administrativo	15%	15%

A avaliação atuarial anual de 2010 foi realizada pela assessoria atuarial externa responsável pelos cálculos atuariais do Plano Básico de Benefícios administrado pelo Nucleos, a Towers Watson, de acordo com a metodologia determinada em nota técnica atuarial e premissas listadas anteriormente. Os dados cadastrais dos participantes foram fornecidos pelo Nucleos, na data-base de 30 de junho de 2010.

A taxa de custeio apurada na avaliação atuarial de 2011 para as patrocinadoras é equivalente a 6,80% da folha de salários dos participantes, sendo 3,12% correspondente ao custo normal e 3,68% para a cobertura da Provisão Matemática a Constituir – Serviço Passado.

A contribuição dos participantes ativos continua sendo definida no artigo 68 do Regulamento do Plano Básico de Benefícios. A contribuição dos assistidos, paga somente por aqueles que recebem abono, foi definida em 6,8% do valor do benefício. E ainda, 1,2% para o custo administrativo que é cobrado de todos os assistidos.

Relativamente aos resultados obtidos na data-base de 31 de dezembro de 2010, considerando o Patrimônio Líquido de Exigíveis e Fundos de R\$ 1.441.713.385,21 e o Exigível Atuarial de R\$ 1.417.930.459,47, constatou-se superávit no valor de R\$ 23.782.925,74. A seguir demonstramos esses valores:

Ativo Bruto Previdencial	R\$ 1.446.879.660,48
Exigíveis	(-) R\$ 1.788.503,64
Fundo	(-) R\$ 3.377.771,63
Patrimônio Líquido	R\$ 1.441.713.385,21
Patrimônio de Cobertura do Plano (Exigível Atuarial)	(-) R\$ 1.417.930.459,47
Superávit	R\$ 23.782.925,74

A íntegra do parecer atuarial elaborado pela Towers Watson encontra-se disponível neste Relatório Anual.

3 Alterações no convênio de adesão

No ano de 2010, o corpo técnico do Nucleos deu continuidade aos processos de atualização do convênio de adesão. O objetivo desta ação foi realizar uma adaptação da nomenclatura do texto atual aos termos da legislação em vigor, considerando, ainda, as estruturas societárias pelas quais passaram as patrocinadoras do Nucleos.

4 Alterações no Regulamento do PBB

Com o objetivo de cumprir a resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 19, de 25 de setembro de 2006, o Nucleos promoveu algumas alterações na redação do Regulamento do Plano Básico de Benefícios, que foram aprovadas em 17 de maio de 2010 pela Portaria nº 361, de 14 de maio de 2010.

As principais mudanças foram as seguintes: 1. Será permitido ao participante optar pelo instituto da portabilidade ou pelo resgate, mesmo tendo cumprido todas as exigências para a concessão de benefício, sendo vedado o direito à portabilidade e ao resgate apenas ao participante já em gozo de benefício; 2. Consentir o resgate de recursos portados originários de entidade aberta, mantendo a vedação para os recursos originários de entidades fechadas de previdência complementar.

O quadro a seguir cita as alterações mencionadas, comparando o texto anterior com a nova redação.

TEXTO VIGENTE ATÉ 16/05/10

TEXTO VIGENTE ATÉ 16/05/10	TEXTO VIGENTE A PARTIR DE 17/05/10
CAPÍTULO I DO PLANO BÁSICO DE BENEFÍCIOS	CAPÍTULO I DO PLANO BÁSICO DE BENEFÍCIOS
Art. 2º – Para fins de aplicação do PBB, consideram-se as seguintes definições:	Art. 2º – Para fins de aplicação do PBB, consideram-se as seguintes definições:
IX – Benefício Pleno: benefício de caráter previdenciário previsto neste Regulamento, cujo cumprimento dos requisitos regulamentares para a sua percepção impede a opção do participante pelos institutos do Benefício Proporcional Diferido ou da Portabilidade.	IX – Benefício Pleno: benefício de caráter previdenciário previsto neste Regulamento, cujo cumprimento dos requisitos regulamentares para a sua percepção impede a opção do participante pelo instituto do Benefício Proporcional Diferido.
XXXI – Resgate: instituto que faculta ao participante, antes de preenchido os requisitos de habilitação ao benefício pleno, inclusive sob a forma antecipada, o recebimento de valor decorrente do cancelamento de sua inscrição no PBB, nos termos deste Regulamento.	XXXI – Resgate: instituto que faculta ao participante, que não esteja em gozo de qualquer benefício previsto no Plano Básico de Benefícios oferecido pelo Nucleos, o recebimento da totalidade das contribuições por ele vertidas quando da cessação do vínculo empregatício com sua patrocinadora.
CAPÍTULO VI DOS INSTITUTOS OBRIGATÓRIOS	CAPÍTULO VI DOS INSTITUTOS OBRIGATÓRIOS
SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 37 – Ocorrendo a cessação de seu vínculo empregatício com a respectiva patrocinadora, o participante poderá optar por um dos institutos previstos neste Capítulo.	Art. 37 – Ocorrendo a cessação de seu vínculo empregatício com a respectiva patrocinadora, o participante poderá optar por um dos institutos previstos neste Capítulo.
§ 10 – Não é permitida a opção simultânea por dois institutos previstos neste regulamento, mesmo de forma parcial.	Excluído.
SEÇÃO II DO RESGATE	SEÇÃO II DO RESGATE
Art. 38 – Quando da cessação do vínculo empregatício com sua patrocinadora, o participante terá direito ao resgate da totalidade das contribuições por ele vertidas ao PBB, atualizadas de acordo com a variação do INPC ou de índice que venha a substituí-lo, descontada a parcela referente ao custeio administrativo na forma do plano de custeio.	Art. 38 – Quando da cessação do vínculo empregatício com sua patrocinadora, o participante terá direito ao resgate da totalidade das contribuições por ele vertidas ao PBB, bem como dos valores portados desde que constituídos em plano de benefícios administrado por entidade aberta de previdência complementar ou sociedade seguradora.
Sem texto correspondente no regulamento anterior.	§ 1º – Os valores referidos no caput serão atualizados de acordo com a variação do INPC ou de índice que venha a substituí-lo, descontada a parcela referente ao custeio administrativo na forma do plano de custeio.
§ 1º – O pagamento do resgate será feito: a) em parcela única; ou b) a critério do participante, em até 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, com atualização pela variação do INPC ou de índice que venha a substituí-lo, quanto às parcelas vincendas.	§ 2º – O pagamento do resgate será feito: a) em parcela única; ou b) a critério do participante, em até 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, com atualização pela variação do INPC ou de índice que venha a substituí-lo, quanto às parcelas vincendas.

§ 2º – O resgate não será permitido caso o participante já tenha implementado todas as condições para a habilitação a qualquer dos benefícios programados de prestação continuada, inclusive de forma antecipada, assegurados pelo PBB.	§ 3º – O resgate não será permitido caso o participante esteja recebendo qualquer dos benefícios assegurados pelo PBB.
§ 3º – É vedado o resgate de valores portados.	§ 4º – É vedado o resgate de valores portados constituídos em planos de benefícios administrado por entidade fechada de previdência complementar.
SEÇÃO IV DO BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO	SEÇÃO IV DO BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO
Art. 40 – Em razão da cessação do vínculo empregatício com a patrocinadora, antes da aquisição do direito ao benefício pleno, o participante poderá optar pelo Benefício Proporcional Diferido, a ser concedido quando cumpridos os requisitos de habilitação a algum dos benefícios programados de prestação continuada descritos neste regulamento.	Art. 40 – Em razão da cessação do vínculo empregatício com a patrocinadora, antes da aquisição do direito ao benefício pleno, o participante poderá optar pelo Benefício Proporcional Diferido, a ser concedido quando cumpridos os requisitos de habilitação a algum dos benefícios programados de prestação continuada descritos neste regulamento.
§ 10 – O participante em BPD somente terá direito à cobertura para benefício de Auxílio-Doença no período de diferimento, se durante esse período aportar contribuições para essa finalidade específica, que serão calculadas atuarialmente e definidas no plano de custeio anual, aprovado pelo Conselho Deliberativo do Nucleos.	§ 10 – O participante em BPD somente terá direito à cobertura para benefício de invalidez e morte no período de diferimento, se durante esse período aportar contribuições para essa finalidade específica, que serão calculadas atuarialmente e definidas no plano de custeio anual, aprovado pelo Conselho Deliberativo do Nucleos.
SEÇÃO V DA PORTABILIDADE	SEÇÃO V DA PORTABILIDADE
Art. 41 – O participante poderá portar os recursos financeiros correspondentes ao seu direito acumulado para outro plano de benefícios operado por entidade de previdência complementar ou sociedade seguradora autorizada a operar planos de benefícios de previdência complementar, desde que, cumulativamente:	Art. 41 – O participante poderá portar os recursos financeiros correspondentes ao seu direito acumulado para outro plano de benefícios operado por entidade de previdência complementar ou sociedade seguradora autorizada a operar planos de benefícios de previdência complementar, desde que, cumulativamente:
II – não tenha implementado todas as condições para elegibilidade dos benefícios programados de prestação continuada previstos no PBB;	II – não esteja em gozo de benefícios previstos no PBB;
Art. 42 – Os recursos portados ao PBB, quando da inscrição de novo participante, serão mantidos em separado até à concessão de algum benefício programado de prestação continuada assegurado pelo PBB.	Art. 42 – Os recursos portados ao PBB, quando da inscrição de novo participante, serão mantidos em separado até a concessão de algum benefício programado de prestação continuada assegurado pelo PBB.
§ 4º – Os recursos portados ao PBB e não utilizados nos termos dos parágrafos 1º e 2º deste artigo, não serão resgatados, devendo, compulsoriamente, ser portados para outra instituição conforme estabelecido no artigo 41 deste PBB, não se aplicando a carência do inciso III.	Excluído.

Ato contínuo, o Conselho Deliberativo e as patrocinadoras iniciaram novo processo de alteração do PBB, com o objetivo de cumprir determinações do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – Dest, que solicitou maior clareza nos textos relativos à inobservância de compromissos de patrocinadoras e participantes.

Atualmente, o processo está pendente de manifestação do referido órgão. Certamente, ao atender à legislação, o Instituto está adotando todas as providências para proteger os interesses dos participantes e assistidos.

5 Dívidas das patrocinadoras

5.1 – Patrocinadora INB

Em maio de 2006, foi firmado acordo judicial. O valor da dívida, na data da assinatura do acordo, era de R\$ 119.567.837,00 que devidamente atualizado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), acrescido de juros de 6% ao ano e considerando as amortizações no período, monta a R\$ 141.031.531,43 em 31 de dezembro de 2010. As parcelas do acordo, no ano de 2010, foram regularmente pagas.

5.2 – Patrocinadora Nuclep

Por decisão judicial da 30ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, em 6 de julho de 2007, a patrocinadora Nuclep foi condenada ao pagamento de R\$ 220.070.874,10, valor base da dívida em novembro de 2006. Em 21 de novembro de 2007, e em razão da celebração de acordo judicial, houve o equacionamento parcial da dívida da patrocinadora Nuclep, que atualizada para a data era de R\$ 265.204.303,80. O valor equacionado, em 31 de outubro de 2007, era de R\$ 120.110.860,84, que atualizado pela variação do INPC, acrescido de juros de 6% ao ano e consideradas as parcelas de amortização, monta a R\$ 158.394.773,82 em dezembro de 2010 (R\$ 150.719.721,82 em dezembro de 2009). As parcelas do acordo, no ano de 2010, foram regularmente pagas.

O restante da dívida, no montante de R\$ 145.093.442,96, está pendente de decisão judicial. Assim, o valor foi provisionado e atualizado para 31 de dezembro de 2010 monta a quantia de R\$ 304.164.056,20.

O processo se encontra em fase final, mais precisamente está pendente de julgamento a apelação interposta pela Nuclep contra sentença favorável ao Nucleos, na parte que não foi objeto de transação.



Os analistas de sistemas Alex Cordeiro da Cruz (ao fundo) e Renato Alves da Cunha na sala dos servidores



Da esquerda para a direita, as secretárias Deiselane Alcântara, Rita Grazieli E. de Miranda e Lucia Marques



Os auxiliares de serviços gerais Carlos José C. da Silva e Rogério da Silva Bezerra (à direita).



Da esquerda para a direita, equipe do Nucleos reunida com o Comitê Consultivo de Investimentos: Wilson Santana M. Câmara (analista de investimentos), Nelson Ramos N. Filho (INB), Clezio dos Santos Oliveira (Nuclep), Norman Victor Walter Hime (presidente), Carlos Fernandes (Eletrobras Eletronuclear), Ruy Costa F. Filho (gerente de investimentos) e Luiz Claudio Levy Cardoso (diretor financeiro)

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL E DE RESULTADOS DO PBB



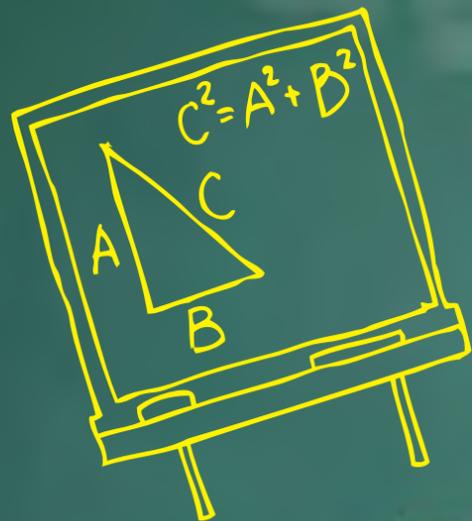
→ DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL E DE RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL					
<i>Em reais</i>					
ATIVO	2010	2009	PASSIVO	2010	2009
Ativo	1.448.410.798,14	1.151.140.601,97	Passivo	1.448.410.798,14	1.151.140.601,97
Disponível	115.869,73	1.684.604,23	Exigível Operacional	1.052.568,66	1.111.369,46
Realizável	303.683.104,67	287.492.642,83	Exigível Contingencial	1.516.029,91	10.083.250,72
Gestão Administrativa	74.007,24	-	Patrimônio de Cobertura do Plano	1.417.930.459,47	1.236.047.294,89
Investimentos	1.144.013.021,04	861.370.958,18	Fundos	4.128.814,36	3.660.504,51
Renda Fixa	567.365.161,24	712.677.927,05	Equilíbrio Técnico	23.782.925,74	(99.761.817,61)
Multimercado	335.362.954,51	-	Resultados Realizados	23.782.925,74	(99.761.817,61)
Renda Variável	161.835.259,78	106.632.139,19	Superávit Técnico Acumulado	23.782.925,74	-
Imóveis	24.530.073,32	19.671.684,30	(-) Déficit Técnico Acumulado	-	(99.761.817,61)
Empréstimos / Financiamentos	13.504.430,59	15.933.843,89	Bens de Uso Próprio	524.795,46	592.396,73
Outras	41.415.141,60	6.455.363,75			

Obs: Este quadro contempla o Ativo Bruto Previdencial e o Programa Administrativo.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DESCRIÇÃO	2010	2009
(+) Contribuições	134.684.670,43	107.644.414,10
(-) Benefícios	(90.832.127,67)	(74.036.693,17)
(+/-) Rendimentos das Aplicações	264.462.995,48	117.925.021,00
(=) Recursos Líquidos	308.315.538,24	151.532.741,93
(-) Despesas com Administração	(5.003.192,93)	(7.658.262,98)
(+/-) Formação (Utilização) de Valores em Litígio	2.115.562,62	(5.870.794,63)
(+/-) Formação (Utilização) dos Compromissos com Participantes e Assistidos	(281.644.982,19)	(187.538.749,20)
(+/-) Formação (Utilização) de Fundos para Riscos Futuros	-	(1.084.437,36)
(+/-) Incorporação (Dissolução) de Plano(S)	-	227.630,14
(=) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	23.782.925,74	(50.391.872,10)



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(em milhares de reais, exceto quando mencionado)

“O melhor educador é aquele que conseguiu educar a si mesmo.”

Sabedoria oriental

→ BALANÇOS PATRIMONIAIS (EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009)

(em milhares de reais)

ATIVO	NOTA	2010	2009 Reapresentado	PASSIVO	NOTA	2010	2009 Reapresentado
Disponível	4	116	1.685	Exigível operacional		1.053	1.112
				Gestão previdencial		237	189
Realizável		1.447.770	1.148.864	Gestão administrativa		769	898
Gestão previdencial	5	303.683	287.304	Investimentos		47	25
Gestão administrativa	6	74	189	Exigível contingencial	9	1.516	10.083
Investimentos	7	1.144.013	861.371	Gestão previdencial		17	2.331
<i>Títulos públicos</i>		490	1.785	Gestão administrativa		11	70
<i>Créditos privados e depósitos</i>		31.993	42.606	Investimentos		1.488	7.682
<i>Fundos de investimento</i>		1.032.080	774.919	Patrimônio social		1.445.842	1.139.946
<i>Investimentos imobiliários</i>		24.530	19.672	Patrimônio de cobertura do plano		1.441.714	1.136.285
<i>Empréstimos</i>		13.505	15.934	Provisões matemáticas	10	1.417.931	1.236.047
<i>Outros realizáveis</i>		41.415	6.455	Benefícios concedidos		313.366	266.194
Permanente	8	525	592	Benefícios a conceder		1.162.689	1.030.821
Imobilizado		412	448	(-) Provisões matemáticas a constituir		(58.124)	(60.968)
Diferido		113	144	Equilíbrio técnico	11	23.783	(99.762)
				Resultados realizados:			
				Superávit técnico acumulado		23.783	-
				(-) Déficit técnico acumulado		-	(99.762)
				Fundos	11	4.128	3.661
				Fundos administrativos		3.479	3.097
				Fundos de investimentos		649	564
Total do ativo		1.448.411	1.151.141	Total do passivo		1.448.411	1.151.141

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

→ DEMONSTRAÇÕES DOS ATIVOS LÍQUIDOS (EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009)

(em milhares de reais)

	2010	2009
Ativos	1.448.411	1.151.141
Disponível	116	1.685
Realizável - Gestão previdencial	303.683	287.304
Realizável - Gestão administrativa	74	189
Investimento:	1.144.013	861.371
<i>Títulos públicos</i>	490	1.785
<i>Créditos privados e depósitos</i>	31.993	42.606
<i>Fundos de investimentos</i>	1.032.080	774.919
<i>Investimentos imobiliários</i>	24.530	19.672
<i>Empréstimos</i>	13.505	15.934
<i>Outros realizáveis</i>	41.415	6.455
Permanente	525	592
Obrigações	2.569	11.195
Operacional	1.053	1.112
Contingencial	1.516	10.083
Fundos não previdenciais	4.128	3.661
Fundos administrativos	3.479	3.097
Fundos de investimentos	649	564
Ativo líquido	1.441.714	1.136.285
Provisões matemáticas	1.417.931	1.236.047
Superávit/(déficit) técnico	23.783	(99.762)

(em milhares de reais)

→ DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DOS ATIVOS LÍQUIDOS
(EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009)

	2010	2009
Ativo líquido - Início do exercício	1.136.285	999.138
Adições	406.004	228.308
<i>Contribuições previdenciais</i>	129.682	103.092
<i>Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial</i>	264.463	114.800
<i>Reversão de contingências - Gestão previdencial</i>	2.116	1.569
<i>Receitas administrativas</i>	9.228	8.847
<i>Resultado positivo dos investimentos - Gestão administrativa</i>	475	-
<i>Reversão de contingências - Gestão administrativa</i>	40	-
Destinações	(100.575)	(91.161)
<i>Benefícios</i>	(90.832)	(74.037)
<i>Resultado negativo dos investimentos - Gestão previdencial</i>	-	(8.277)
<i>Despesas administrativas</i>	(9.361)	(7.673)
<i>Constituição de contingências - Gestão administrativa</i>	-	(60)
<i>Constituição de fundos - Gestão administrativa</i>	(382)	(1.114)
Acréscimo/decréscimo no ativo líquido	305.429	137.147
<i>Provisões matemáticas</i>	181.884	187.539
<i>Superávit/(déficit) técnico do exercício</i>	123.545	(50.392)
Ativo líquido - Final do exercício	1.441.714	1.136.285
Fundos não previdenciais	4.128	3.661
Fundos administrativos	3.479	3.097
Fundos de investimentos	649	564
Total dos ativos líquidos	1.445.842	1.139.946

(em milhares de reais)

→ DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DOS ATIVOS LÍQUIDOS POR PLANO DE BENEFÍCIO
(EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009)

	2010	2009
Ativo líquido - Início do exercício	1.136.285	999.138
Adições	396.261	219.461
<i>Contribuições previdenciais</i>	129.682	103.092
<i>Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial</i>	264.463	114.800
<i>Reversão de contingências - Gestão previdencial</i>	2.116	1.569
Destinações	(90.832)	(82.314)
<i>Benefícios</i>	(90.832)	(74.037)
<i>Resultado negativo dos investimentos - Gestão previdencial</i>	-	(8.277)
Acréscimo/decréscimo no ativo líquido	305.429	137.147
<i>Provisões matemáticas</i>	181.884	187.539
<i>Superávit/(déficit) técnico do exercício</i>	123.545	(50.392)
Ativo líquido - Final do exercício	1.441.714	1.136.285
Fundos não previdenciais	4.128	3.661
Fundos administrativos	3.479	3.097
Fundos de investimentos	649	564
Total dos ativos líquidos	1.445.842	1.139.946

→ DEMONSTRAÇÕES DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
(EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009)

(em milhares de reais)

	2010	2009
FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	3.097	1.983
Custeio da gestão administrativa	9.743	8.847
Receitas	9.743	8.847
<i>Custeio administrativo da gestão previdencial</i>	5.003	4.552
<i>Custeio administrativo dos investimentos</i>	3.449	4.052
<i>Taxa de administração de empréstimos e financiamentos</i>	352	-
<i>Receitas diretas</i>	424	16
<i>Resultados positivos dos investimentos</i>	475	-
<i>Reversão de contingências</i>	40	-
<i>Outras receitas</i>	-	227
Despesas administrativas	(9.361)	(7.733)
» Administração previdencial	(8.663)	(3.681)
<i>Pessoal e encargos</i>	(4.495)	(1.732)
<i>Treinamentos/congressos e seminários</i>	(71)	(88)
<i>Viagens e estadias</i>	(97)	(78)
<i>Serviço de terceiros</i>	(2.041)	(1.032)
<i>Despesas gerais</i>	(1.866)	(643)
<i>Depreciações e amortizações</i>	(93)	(48)
<i>Contingências</i>	-	(60)
» Administração dos investimentos	(698)	(4.052)
<i>Pessoal e encargos</i>	(468)	(2.338)
<i>Treinamentos/congressos e seminários</i>	(6)	(4)
<i>Viagens e estadias</i>	(4)	(4)
<i>Serviço de terceiros</i>	(194)	(968)
<i>Despesas gerais</i>	(25)	(684)
<i>Depreciações e amortizações</i>	(1)	(54)
Sobra da gestão administrativa	382	1.114
Constituição do fundo administrativo	382	1.114
Fundo administrativo do exercício atual	3.479	3.097

→ DEMONSTRAÇÕES DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS
(EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009)

(em milhares de reais)

	2010	2009
Patrimônio de cobertura do plano	1.441.714	1.136.285
Provisões matemáticas	1.417.931	1.236.047
Benefícios concedidos:	313.366	266.194
<i>Benefício definido</i>	313.366	266.194
Benefícios a conceder:	1.162.689	1.030.821
<i>Benefício definido</i>	1.162.689	1.030.821
Provisões matemáticas a constituir	(58.124)	(60.968)
Serviço passado:	(58.124)	(60.968)
<i>Patrocinadores</i>	(58.124)	(60.968)
Equilíbrio técnico	23.783	(99.762)
Resultados realizados:		
<i>Superávit/(déficit) técnico acumulado</i>	23.783	(99.762)

1 Contexto operacional

O Nucleos - Instituto de Seguridade Social é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, criado por meio da Portaria 1.514, de 2 de maio de 1979, que aprovou seu estatuto social e autorizou seu funcionamento.

Nos termos da legislação regente de suas atividades, leis complementares 108 e 109, de 29 de maio de 2001, “as entidades fechadas têm como objeto a administração e a execução de planos de benefícios de natureza previdenciária” (art. 32, caput, Lei Complementar 109/2001). Destina-se, pois, o Nucleos a “instituir planos privados de benefícios de caráter previdenciário que sejam complementares ou assemelhados aos da previdência social” (artigo 1º do estatuto da entidade).

O Plano Básico de Benefícios administrado pelo Nucleos é um plano na modalidade de benefício definido e tem como empresas patrocinadoras a Eletrobrás Termonuclear S.A. - Eletronuclear, Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - Nuclep, Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB, e o próprio Instituto. Atualmente conta com 3.224 participantes ativos e 969 assistidos (posição de 31 de dezembro de 2010).

Nos termos da legislação em vigor, a fonte de custeio dos respectivos planos de previdência é a totalidade das contribuições dos participantes e das patrocinadoras. As referidas contribuições formarão as reservas garantidoras do pagamento dos benefícios contratados.

Essas receitas são objeto de rigorosa fiscalização pelo Ministério da Previdência Social, através da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc, órgão normatizador e fiscalizador de todas as atividades dos institutos de previdência complementar no Brasil.

Estão, assim, submetidos ao exame do referido órgão, que defende e protege os interesses dos participantes e beneficiários, todos os atos dessas entidades, inclusive e especialmente o estatuto social e os regulamentos dos planos de benefícios que vinculam os participantes.

Os recursos arrecadados e os frutos decorrentes da administração desse patrimônio integram um fundo pertencente a uma coletividade. A alocação desses recursos observa especialmente a Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do Nucleos foram elaboradas em conformidade com as normas estabelecidas pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC), do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) para as entidades fechadas de previdência complementar, em especial a Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de

2009 e a Instrução nº 34, de 24 de setembro de 2009, que dentre suas determinações, não requer a apresentação de demonstrações do resultado do exercício, demonstrações do fluxo de caixa e demonstrações da movimentação do patrimônio líquido.

As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc foram alteradas a partir de 2010 e as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado e o fluxo financeiro desse exercício, estão sendo reapresentadas de acordo com o novo padrão contábil para fins de comparabilidade.

Essas demonstrações contábeis estão sendo reemitidas em função das alterações efetuadas nos balanços patrimoniais, nas demonstrações dos ativos líquidos e das mutações dos ativos líquidos por plano decorrentes dos requerimentos incluídos na Resolução nº 1 do CNPC, publicada em 16 de março de 2011.

3 Principais práticas contábeis

As principais práticas adotadas pela entidade para elaboração das demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

a. Resultado das operações

As receitas e as despesas são apuradas pelo regime de competência.

b. Realizável - Gestão previdencial

Registra os recursos a receber das patrocinadoras e dos participantes. As contribuições contratadas e não contratadas das patrocinadoras são atualizadas monetariamente, até a data das demonstrações contábeis, em conformidade com os parâmetros definidos no estatuto, no plano básico de benefícios e nas disposições contratuais.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, que contempla a constituição de provisão escalonada e equivalente a 100% para atrasos superiores a 360 dias.

c. Realizável - Investimentos

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Exceto pelas aplicações em fundos de investimento e em certificados de depósitos bancários, os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

FUNDOS DE INVESTIMENTO

Os fundos de investimento de renda fixa e de renda variável são registrados pelo custo de aquisição, deduzidos das despesas diretas incorridas, e ajustados pelo valor de mercado com base no valor da cota do último dia útil do mês, informada pelos administradores dos fundos.

CERTIFICADOS DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS

São registrados pelo custo de aquisição, atualizados às taxas pactuadas com os seus emissores, e ajustados pelo valor de mercado, no último dia útil de cada mês, com base no modelo de precificação adotado pelo Banco Itaú S.A., responsável pela custódia e controladoria da carteira de investimentos do Nucleos.

INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

São registrados pelo custo de aquisição, reavaliado em período não superior a três anos, e depreciados (exceto terrenos) pelo método linear, pelas taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil remanescente, com base nos laudos de avaliação, em cumprimento ao que estabelece a legislação vigente. Os aluguéis são registrados em conta de receita do programa de investimentos.

OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

Os empréstimos concedidos a participantes estão apresentados pelo valor do principal, acrescidos da variação monetária e dos juros até a data do balanço. A remuneração referente aos juros e à correção monetária está registrada na rubrica de operações com participantes, atendendo aos limites mínimos que estabelecem a Resolução CMN nº 3.792.

d. Exigível contingencial

O exigível contingencial é contabilizado pelo montante de perda considerada provável, observada a sua natureza, e atualizado até a data do balanço.

e. Patrimônio social - Provisões matemáticas

São calculadas pelo atuário externo e correspondem à diferença entre o valor atual dos compromissos futuros assumidos pela entidade com os seus participantes e o valor atual das contribuições futuras previstas para cobertura daquelas obrigações.

f. Uso de estimativas

As estimativas contábeis foram elaboradas com base em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para créditos de liquidação duvidosa, o valor residual dos investimentos imobiliários e as provisões para contingências. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa as estimativas e premissas periodicamente.

4 Disponível

Os saldos das disponibilidades, no total de R\$ 116 (R\$ 1.685 em 31 de dezembro de 2009), estão livremente disponíveis e não vinculados a linhas de crédito ou de financiamento.

5 Gestão previdencial

As contribuições das patrocinadoras e dos participantes são compostas como se segue:

	2010	2009
Contribuições normais do mês	1.979	1.570
Contribuições extraordinárias	1.514	791
Contribuições sobre 13º salário	4	17
Contribuições "contratadas"	299.426	284.325
Outros realizáveis	760	601
	303.683	287.304

As contribuições advindas dos contratos com patrocinadoras estão detalhadas a seguir:

	2010			2009
	INB	Nuclep	Total	
Contribuições em atraso:				
<i>Anteriores a 31 de agosto de 1988</i>	-	9.860	9.860	8.690
<i>Posteriores a 31 de agosto de 1988</i>	-	19.684	19.684	17.349
Total de contribuições em atraso	-	29.544	29.544	26.039
Contribuições "contratadas":				
Parcelas a vencer	141.031	158.395	299.426	284.325
Parcelas vencidas:				
<i>Contribuições previdenciárias</i>	-	70.650	70.650	55.333
<i>Recursos assistenciais</i>	-	203.970	203.970	159.749
	-	274.620	274.620	215.082
	141.031	462.559	603.590	499.407
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:				
Contribuições em atraso	-	(29.544)	(29.544)	(26.039)
Contribuições "contratadas" - Parcelas vencidas	-	(274.620)	(274.620)	(215.082)
	-	(304.164)	(304.164)	(241.121)
Total	141.031	158.395	299.426	284.325

a. Contribuições em atraso

Referem-se a contribuições não recolhidas e não “contratadas”, pela patrocinadora Nuclep, relativas aos períodos abaixo descritos:

- Anteriores a 31 de agosto de 1988 - O valor a receber em 31 de dezembro de 2010 é equivalente a R\$ 9.860 (R\$ 8.690 em 31 de dezembro de 2009).
- Janeiro de 1995 a dezembro de 1996 - Refere-se ao montante do recálculo do salário de participação, cujo valor em 31 de dezembro de 2010 corresponde a R\$ 2.213 (R\$ 1.951 em 31 de dezembro de 2009).
- Junho de 1995 a dezembro de 2000 - Valores correspondentes às contribuições da patrocinadora, que em 31 de dezembro de 2010 são equivalentes a R\$ 17.471 (R\$ 15.398 em 31 de dezembro de 2009).

Essas contribuições são objeto de cobrança nos autos de ação judicial, cujo detalhamento pode ser verificado na nota 5b.

b. Contribuições “contratadas”

Registram o montante da dívida “contratada” com as patrocinadoras INB e Nuclep, referente a contratos firmados em maio de 2006 e novembro de 2007, respectivamente, como se segue:

PATROCINADORA INB (PARCELAS A VENCER)

Em maio de 2006, conforme acordo judicial, o total da dívida da patrocinadora INB foi renegociado, tendo sua provisão para perda revertida e refletida no resultado daquele exercício. O registro contábil ocorreu após a homologação em juízo da transação, em novembro de 2006. O valor da dívida, na data da assinatura do acordo, era de R\$ 119.568, que devidamente atualizada pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), acrescida de juros de 6% ao ano e considerando as amortizações no período, monta a R\$ 141.031 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 133.605 em 31 de dezembro de 2009).

PATROCINADORA NUCLEP (PARCELAS VENCIDAS)

Registram o montante da dívida “contratada” com a patrocinadora Nuclep, referente a contrato firmado em 31 de dezembro de 1994, como se segue:

- Período compreendido entre fevereiro de 1996 a dezembro de 2000, dívida previdenciária atualizada monetariamente pela TR mais 2% de multa ao mês, cujo montante, em 31 de dezembro de 2010, equivale a R\$ 70.650 (R\$ 55.333 em 31 de dezembro de 2009).
- Período compreendido entre fevereiro de 1996 a dezembro de 2000, dívida assistencial, com todas as parcelas vencidas, sendo atualizadas monetariamente pela TR mais 2% de multa ao mês, cujo montante, em 31 de dezembro de 2010, equivale a R\$ 203.970 (R\$ 159.749 em 31 de dezembro de 2009).

- Por decisão judicial da 30ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, em 6 de julho de 2007, a patrocinadora Nuclep foi condenada ao pagamento de R\$ 220.070, valor base da dívida em novembro de 2006. Em 21 de novembro de 2007, e em razão da celebração de acordo judicial, houve o equacionamento parcial da dívida da patrocinadora Nuclep, que atualizada para a data era de R\$ 265.204. Assim, parte da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi revertida e refletida no resultado daquele exercício. O valor equacionado, em 31 de outubro de 2007, era de R\$ 120.111, que atualizado pela variação do INPC, acrescida de juros de 6% ao ano e consideradas as parcelas de amortização, monta a R\$ 158.395 em dezembro de 2010 (R\$ 150.720 em 31 de dezembro de 2009). Os pagamentos começaram a ser efetuados em novembro de 2009, por conta da carência de dois anos prevista no acordo firmado entre as partes.

O restante da dívida, no montante de R\$ 145.093, está pendente de decisão judicial, sendo que a chance de êxito dessa ação é provável, segundo os assessores jurídicos do Nucleos. Assim, o valor foi provisionado e atualizado para 31 de dezembro de 2010 no total de R\$ 304.164 (R\$ 241.121 em 31 de dezembro de 2009), como demonstrado no quadro abaixo:

	2010	2009
Contribuições não recolhidas até 31 de agosto de 1988	9.860	8.690
Contribuições não recolhidas posterior a 31 de agosto de 1988	19.684	17.349
Contribuições contratadas - Previdencial	70.650	55.333
Contribuições contratadas - Assistencial	203.970	159.749
Total	304.164	241.121

c. Outros realizáveis

Correspondem aos valores a receber da gestão previdencial, relativos aos adiantamentos concedidos a participantes do convênio com o INSS e que são passíveis de reembolso, cujo montante, em 31 de dezembro de 2010, equivale a R\$ 760 (R\$ 601 em 31 de dezembro de 2009).

d. Cobrança judicial

Em 16 de dezembro de 2002, a entidade ajuizou contra a Nuclep ação de cobrança no montante de R\$ 147.493, relativa às contribuições em atraso, contratadas e não “contratadas”, conforme demonstrado no quadro apresentado no início da nota explicativa nº 5.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 5b, em 21 de novembro de 2007 foi homologado acordo judicial para pagamento parcial da dívida da patrocinadora Nuclep, no montante de R\$ 120.111, referente à parte incontroversa e reconhecida pela patrocinadora, ficando pendente de julgamento, pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, o saldo residual da dívida, que já havia sido reconhecido por meio de sentença de primeira instância. A controvérsia reside no critério de correção/remuneração desse saldo residual da dívida.

6 Gestão administrativa

Registra os valores a receber correspondentes às despesas futuras de adiantamentos a empregados, a fornecedores e ao saldo do almoxarifado, bem como a outros realizáveis que representam os valores a receber dos empregados relativos a vales-transporte, vales-refeição, assistência médica, convênios e débitos de patrocinadoras.

7 Investimentos

	2010	%	2009	%
Títulos Públicos:				
Títulos de responsabilidade do Governo Federal:				
Letras Financeiras do Tesouro (Série B)	490	0,04	1.785	0,21
Créditos privados e depósitos:				
Certificados de Depósito Bancário - CDB	-	-	3.508	0,40
Debêntures não conversíveis	31.993	2,80	39.098	4,54
	31.993	2,84	42.606	5,15
Fundos de Investimento:				
Renda fixa:				
Aplicações em instituições financeiras:				
Cotas de fundos de renda fixa	534.882	46,75	407.668	47,33
Cotas de fundos de multimercado	335.363	29,31	260.619	30,26
Renda variável:				
Cotas de fundos de investimento em ações	139.076	12,16	87.332	10,14
Investimentos estruturados:				
Cotas de fundos de investimento em participações	22.759	1,99	19.300	2,24
	1.032.080	90,22	774.919	89,97
Investimentos imobiliários:				
Terreno e edificações	23.568	2,06	18.637	2,16
Direitos em alienação de investimento imobiliário	962	0,08	1.035	0,12
	24.530	2,14	19.672	2,28
Operações com participantes:				
Empréstimos	13.505	1,18	15.934	1,85
Outros realizáveis	41.415	3,62	6.455	0,75
Total dos investimentos	1.144.013	100	861.371	100

TÍTULOS DE RENDA FIXA

Conforme estabelecido pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pela Resolução MPS/CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, os títulos e valores mobiliários de renda fixa foram classificados como:

TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

Referem-se a títulos e valores mobiliários que, observadas a capacidade financeira e a estratégia da entidade, são mantidos em carteira até os seus respectivos vencimentos. São avaliados diariamente pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até 31 de dezembro de 2010.

	2010		2009	
	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
Títulos privados:				
Debêntures não conversíveis				
BGPAP	2.271	2.271	4.082	4.082
Triunfo Participações (TRFP)	16.229	16.229	19.527	19.527
Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig)	3.826	3.826	3.484	3.484
Sanesalto Saneamento	9.667	9.667	9.306	9.306
Conepa (CNCP)	-	-	2.698	2.698
Universidade Luterana do Brasil (Ulbra)	20.630	-	16.441	-
Provisão para perda Ulbra	(20.630)	-	(16.441)	-
Têxtil Renaux (TXRX)	14.598	-	12.215	-
Provisão para perda TXRX	(14.598)	-	(12.215)	-
	31.993	31.993	39.098	39.098
Títulos públicos:				
Letras Financeiras do Tesouro - Série B	490	490	1.785	1.785
Nota do Tesouro Nacional - Série B	-	-	344.923	391.032
Nota do Tesouro Nacional - Série C	-	-	62.502	65.980
	490	490	409.210	458.797
Total	32.483	32.483	448.308	497.895

PROVISÃO PARA PERDAS

Em 31 de agosto de 2006 foi constituída provisão para perdas no valor de R\$ 7.477, referente à posição de 6.991 debêntures da empresa Têxtil Renaux, equivalente a 100% do ativo em questão. Essa provisão em 31 de dezembro de 2010 monta a R\$ 14.598 (R\$ 12.215 em 31 de dezembro de 2009).

Em 31 de agosto de 2009 foi constituída provisão para perdas no valor de R\$ 15.749, referente à posição de 26.829 debêntures da empresa Ulbra, equivalente a 100% do ativo em questão. Essa provisão em 31 de dezembro de 2010 monta a R\$ 20.630 (R\$ 16.441 em 31 de dezembro de 2009).

TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO

Nessa rubrica foram classificados todos os demais títulos que integram a carteira de títulos e valores mobiliários, incluindo os investimentos apresentados nos fundos Nucleos I - SulAmérica Fundo de Investimento Multimercado, Nucleos II - Modal Fundo de Investimento Multimercado, Nucleos III - BNY Mellon ARX Fundo de Investimento em Ações, Nucleos IV - Votorantim Fundo de Investimento em Ações e Nucleos V - Votorantim ALM Fundo de Investimento Renda Fixa.

Os certificados de depósito bancário são registrados pelo custo de aquisição, deduzido das despesas diretas incorridas, e ajustados pelo valor de mercado.

Os fundos de investimento são registrados pelo valor de mercado apurado e ajustados pela variação no valor das cotas informadas pelos administradores dos respectivos fundos de investimento.

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados, com base nos critérios estabelecidos pela Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil e pela Resolução MPS/CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, líquidos dos efeitos tributários, até a alienação ou imparidade (*impairment*) dos respectivos títulos.

As diferenças entre o valor do custo corrigido e o valor de mercado são registradas diretamente no resultado do período, quando aplicável.

	2010	2009
	VALOR DE MERCADO	VALOR DE MERCADO
Títulos privados:		
CDB	-	3.508
Fundos de investimento: (a)		
Letras Financeiras do Tesouro	44.110	51.690
Letras do Tesouro Nacional	11.768	-
Nota do Tesouro Nacional - Série B	682.954	152.957
Nota do Tesouro Nacional - Série C	76.582	-
Nota do Tesouro Nacional - Série F	966	1.535
CDB	19.077	22.924
Debêntures	32.078	23.840
Ações	128.681	86.181
Letras Financeiras Subordinadas	7.282	-
Notas promissórias	4.293	5.786
Fundos de investimento	804	963
Outros	726	533
	1.009.321	346.409
Cotas de fundos de investimento em participações: (b)		
CRT FIP	18.580	15.086
Energia PCH FIP	4.179	4.214
	22.759	19.300
Total	1.032.080	369.217

(a) Referem-se a títulos que compõem a carteira dos fundos exclusivos. Em cumprimento ao artigo 8º, Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, informamos que, em 31 de dezembro de 2010, os títulos públicos que compõem a carteira do Fundo Nucleos V ALM Renda Fixa foram reclassificados, ou seja, foram transferidos da categoria de títulos mantidos até o vencimento para a categoria de títulos para negociação. Os montantes, a natureza e as faixas de vencimento desses títulos são os descritos na tabela abaixo. A tabela contempla, ainda, os valores de custo e de mercado (segregados por título), o montante dos títulos reclassificados e o reflexo no resultado.

Note-se que os parâmetros utilizados na determinação dos valores de custo e de mercado foram: a) valores de custo - custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período; b) valores de mercado - valores ajustados diariamente pelo valor dos títulos para negociação, computando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período. A motivação precípua da reclassificação efetivada foi a melhor determinação do valor do ativo que faz frente ao passivo atuarial do Nucleos conjugada com a conjuntura econômica vigente e foi respaldada no artigo 6º, §1º, inciso II, da citada resolução.

(b) Representam aplicações efetuadas em fundos de investimento em participações (CRT FIP e Energia PCH FIP), valorizadas pela cota do último dia útil do mês, informada pelo administrador do respectivo fundo. O Nucleos possui 100% do patrimônio líquido do CRT FIP que, por sua vez, tinha 99% de seus ativos compostos por investimentos na Concessionária Rio-Teresópolis S.A., bem como aproximadamente 1% do Energia PCH FIP, que por sua vez, possui em carteira, principalmente, adiantamentos concedidos à empresa Juruena Participações S.A. e ações da referida empresa, representando 55,62% e 38,53% do total da carteira do PCH FIP respectivamente.

Quanto ao CRT FIP, o Nucleos está desenquadrado em relação à Resolução CMN nº 3.792, por deter 100% das cotas desse FIP, adquiridas em 2003. O Nucleos iniciou um processo para se enquadrar nos limites legais, que consiste em ofertas públicas semestrais, através de leilões eletrônicos da Cetip S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (Cetip S.A.). Apesar de ampla divulgação, até a presente data, não houve interessados.

PAPEL	INDEX.	VENCIMENTO	QTDE	TAXA %AA	PU NA CURVA	VALOR NA CURVA	TAXA INDICATIVA	PU MERCADO	VALOR DE MERCADO	DIFERENCIAL
NTN-B	IPCA - C	15/08/2024	462	8,51%	1,6356	756	5,79%	2,0580	951	195
NTN-B	IPCA - C	15/08/2024	2.165	8,23%	1,6722	3.620	5,79%	2,0580	4.456	836
NTN-B	IPCA - C	15/08/2024	2.000	8,23%	1,6727	3.345	5,79%	2,0580	4.116	771
NTN-B	IPCA - C	15/08/2024	1.400	8,10%	1,6906	2.367	5,79%	2,0580	2.881	514
NTN-B	IPCA - C	15/08/2024	4.200	8,20%	1,6772	7.044	5,79%	2,0580	8.644	1.600
NTN-B	IPCA - C	15/08/2024	3.450	8,10%	1,6904	5.832	5,79%	2,0580	7.100	1.268
NTN-B	IPCA - C	15/08/2024	3.450	8,10%	1,6904	5.832	5,79%	2,0580	7.100	1.268
NTN-B	IPCA - C	15/08/2024	5.000	8,51%	1,6355	8.178	5,79%	2,0580	10.290	2.112
NTN-B	IPCA - C	15/08/2024	5.800	6,43%	1,9453	11.283	5,79%	2,0580	11.936	653
NTN-B	IPCA - C	15/08/2024	5.700	6,43%	1,9453	11.088	5,79%	2,0580	11.731	643
							59.345		69.205	9.860
NTN-B	IPCA - C	15/05/2035	20.000	6,78%	1,8145	36.290	5,63%	2,0860	41.720	5.430
NTN-B	IPCA - C	15/05/2035	52.000	8,00%	1,5818	82.252	5,63%	2,0860	108.471	26.219
NTN-B	IPCA - C	15/05/2035	20.000	7,06%	1,7564	35.127	5,63%	2,0860	41.720	6.593
							153.669		191.911	38.242
NTN-B	IPCA - C	15/05/2045	340	8,9965%	1,3779	468	5,50%	2,1432	729	261
NTN-B	IPCA - C	15/05/2045	37.000	7,9493%	1,5510	57.386	5,50%	2,1432	79.298	21.912
NTN-B	IPCA - C	15/05/2045	1.050	8,9965%	1,3779	1.447	5,50%	2,1432	2.250	803
NTN-B	IPCA - C	15/05/2045	304	8,9965%	1,3777	419	5,50%	2,1432	652	233
NTN-B	IPCA - C	15/05/2045	4.000	6,9462%	1,7544	7.018	5,50%	2,1432	8.573	1.555
NTN-B	IPCA - C	15/05/2045	4.000	6,9462%	1,7546	7.019	5,50%	2,1432	8.573	1.554
NTN-B	IPCA - C	15/05/2045	4.000	6,9468%	1,7546	7.019	5,50%	2,1432	8.573	1.554
NTN-B	IPCA - C	15/05/2045	4.000	6,9468%	1,7543	7.017	5,50%	2,1432	8.573	1.556
NTN-B	IPCA - C	15/05/2045	14.000	6,9926%	1,7439	24.415	5,50%	2,1432	30.005	5.590
NTN-B	IPCA - C	15/05/2045	11.000	6,9919%	1,7441	19.185	5,50%	2,1432	23.575	4.390
NTN-B	IPCA - C	15/05/2045	4.152	6,9451%	1,7546	7.285	5,50%	2,1432	8.898	1.613
NTN-B	IPCA - C	15/05/2045	4.000	6,9451%	1,7543	7.017	5,50%	2,1432	8.573	1.556
NTN-B	IPCA - C	15/05/2045	4.000	6,9451%	1,7544	7.018	5,50%	2,1432	8.573	1.555
							152.713		196.845	44.132
NTN-C	IGP - M	01/01/2031	1.800	6,20%	4,1591	7.486	5,79%	4,3267	7.788	302
NTN-C	IGP - M	01/01/2031	1.800	6,20%	4,1591	7.486	5,79%	4,3267	7.788	302
NTN-C	IGP - M	01/01/2031	1.800	6,20%	4,1591	7.486	5,79%	4,3267	7.788	302
NTN-C	IGP - M	01/01/2031	1.570	6,20%	4,1591	6.530	5,79%	4,3267	6.793	263
NTN-C	IGP - M	01/01/2031	1.960	6,94%	3,8815	7.608	5,79%	4,3267	8.480	872
NTN-C	IGP - M	01/01/2031	1.900	6,94%	3,8816	7.375	5,79%	4,3267	8.221	846
NTN-C	IGP - M	01/01/2031	670	6,94%	3,8817	2.601	5,79%	4,3267	2.899	298
NTN-C	IGP - M	01/01/2031	840	7,70%	3,6284	3.048	5,79%	4,3267	3.634	586
NTN-C	IGP - M	01/01/2031	840	7,70%	3,6284	3.048	5,79%	4,3267	3.634	586
NTN-C	IGP - M	01/01/2031	840	7,70%	3,6284	3.048	5,79%	4,3267	3.634	586
NTN-C	IGP - M	01/01/2031	840	7,70%	3,6284	3.048	5,79%	4,3267	3.634	586
NTN-C	IGP - M	01/01/2031	840	7,70%	3,6284	3.048	5,79%	4,3267	3.634	586
NTN-C	IGP - M	01/01/2031	2.000	7,80%	3,5965	7.193	5,79%	4,3267	8.654	1.461
							69.005		76.581	7.576

Total ganho apurado

99.810

INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Estão registrados pelo valor de reavaliação, que ocorrem com intervalo máximo de três anos. O Nucleos possui os seguintes imóveis (data-base: 31 de dezembro de 2010):

IMÓVEL	DATA DA ÚLTIMA REAVALIAÇÃO	VALOR ATUAL
Rua Mena Barreto, 161	11/2010	10.462
Praia do Flamengo, 200 - 7º andar	11/2010	7.321
Rua Rodrigo Silva, 26 - 15º andar	11/2010	1.921
Rua Victor Civita, 66 - Barra	11/2010	3.695
Total		23.399

DIREITO DE ALIENAÇÃO EM INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO

Shopping Light

Em junho de 2007, conforme escritura de compra e venda do 7º Tabelionato de Notas da Cidade de São Paulo, o Nucleos vendeu integralmente sua participação de 15% no Shopping Light, por R\$ 1.790, mediante o recebimento de R\$ 675 à vista e o restante em seis parcelas de R\$ 170 e uma parcela de R\$ 95, vencíveis anualmente e reajustáveis pela variação do INPC acrescido de 0,5% ao mês. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo a receber monta a R\$ 962 (R\$ 1.035 em 31 de dezembro de 2009).

OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

Apresentam o montante dos empréstimos simples concedidos aos participantes, amortizáveis mensalmente, com cláusula de atualização monetária pelo índice utilizado na determinação do "mínimo atuarial" (rentabilidade mínima dos ativos da entidade), INPC acrescido de 6% ao ano, para os contratos assinados a partir de janeiro de 2002, conforme determina os dispositivos da Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional e suas alterações.

De acordo com o artigo 40, da Resolução CMN 3.792/2009, o limite para as operações com participantes é de 15% em relação aos recursos garantidores. Em dezembro de 2010, o referido percentual corresponde a 1,18%.

Em março de 2010 o Instituto disponibilizou uma nova modalidade de empréstimos que, de acordo com a legislação vigente, a rentabilidade das operações de empréstimo deve ser superior à taxa mínima atuarial do Plano Básico de Benefícios. Atualmente a taxa é de 7% ao ano ou o equivalente mensal de 0,6% ao mês.

OUTROS REALIZÁVEIS

	2010	2009
RET	33	33
Instituição sob intervenção	-	20
IOF a recuperar	5.406	6.402
OFND	24.969	-
Bacen	6.069	-
INSS	4.938	-
Total	41.415	6.455

- RET - Corresponde aos valores relativos ao laudo técnico de revisão de bases de cálculos de imposto de renda, referente ao Regime Especial de Tributação (RET), que está sendo utilizado para compensação dos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal.
- Instituição sob intervenção - Referia-se ao valor depositado junto ao Banco Santos.
- IOF a recuperar - Referente à restituição do IOF criado pela Lei 8.033 de 10/04/1990 objeto de Ação Ordinária de Repetição de Indébito a ser pago em 10 parcelas anuais, tendo início de pagamento em maio de 2007.
- OFND - Crédito em favor da entidade, nos autos do processo movido contra o BNDES e o Bacen (processo nº 91.012.3902-3) visando o ressarcimento das perdas com expurgos inflacionários nos pagamentos dos encargos e da liquidação de títulos OFND. A liquidação do valor exequível foi apurada pelo perito contratado e a decisão condenatória favorável ao Nucleos já transitou em julgado.
- Bacen - Crédito em favor do Nucleos, nos autos do processo movido contra o Banco Central (processo nº 93.0012123-5), visando a correção plena dos depósitos bancários existentes à época do plano econômico "cruzados novos". A liquidação do valor exequível foi apurada pelo contador judicial e a decisão condenatória favorável ao Instituto já transitou em julgado.
- INSS - Crédito em favor da entidade, nos autos do processo movido contra o INSS (processo nº 99.021.2457-7), visando o ressarcimento das contribuições previdenciárias incidentes sobre pagamentos a autônomos. A liquidação do valor exequível foi apurada pelo contador judicial e a decisão condenatória favorável ao Instituto já transitou em julgado.

8 Permanente

Contempla os bens utilizados no desempenho da atividade social do Nucleos. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que consideram a vida útil econômica desses itens, fixadas por espécie de bens, sendo: móveis e utensílios - 10%; máquinas e equipamentos - 10%; e aparelho de som e imagem - 15%, de acordo com a Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, Instrução nº 34, de 24 de setembro de 2009, e alterações posteriores. O diferido refere-se a gastos com aquisição e desenvolvimento de sistemas de processamento de dados e são amortizados à taxa de 20% ao ano.

ATIVO PERMANENTE	31/12/2009	DEPRECIÇÃO/ AMORTIZAÇÃO	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	ENTRADAS	SAÍDAS	31/12/2010
Imobilizado:						
Móveis e utensílios	73	(6)	(3)	2	(2)	64
Máquinas e equipamentos	364	(52)	-	27	-	339
Aparelho de som e imagem	11	(2)	-	-	-	9
	448	(60)	(3)	29	(2)	412
Diferido	144	(31)	-	-	-	113
Total	592	(91)	(3)	29	(2)	525

9 Exigível contingencial

a. Contingências passivas

Foram registradas provisões em relação aos processos cuja expectativa de perda foi considerada provável pelos advogados dos escritórios que patrocinam as ações em que a entidade é parte. As provisões para contingências e seus respectivos depósitos judiciais são como se segue:

	2010	2009
Programa previdencial:		
Contingência	883	2.873
(-) Depósito judicial	(866)	(542)
	17	2.331
Programa administrativo:		
Contingência	77	111
(-) Depósito judicial	(66)	(41)
	11	70
Programa de investimentos:		
Contingência	6.299	12.050
(-) Depósito judicial	(4.811)	(4.368)
	1.488	7.682
Total	1.516	10.083

10 Provisões matemáticas

O exigível atuarial demonstra o total do patrimônio constituído pelos planos de benefícios em função dos compromissos atuais e futuros com seus participantes.

	2010	2009
Provisões matemáticas:		
Benefícios concedidos:		
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	313.366	266.194
Benefícios a conceder:		
Benefício definido estruturado em regime de capitalização programado	1.115.038	987.643
Benefício definido estruturado em regime de capitalização não programado	47.651	43.179
	1.162.689	1.030.821
Provisões matemáticas a constituir:		
Serviço passado	(58.124)	(60.968)
	(58.124)	(60.968)
	1.417.931	1.236.047

a. Provisões matemáticas

Correspondem à diferença entre o valor atual dos compromissos futuros estabelecidos no Regulamento do Plano Básico de Benefícios administrado pelo Nucleos e o valor atual das contribuições futuras previstas para cobertura daqueles compromissos.

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

Registra a diferença entre o valor atual dos compromissos futuros do plano em relação aos atuais assistidos e o valor atual das contribuições futuras destes participantes.

BENEFÍCIOS A CONCEDER

Registra a diferença entre o valor atual dos compromissos futuros do plano para com os participantes ativos e o valor atual das contribuições futuras destes participantes.

PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR

Destinadas à cobertura de compromissos previdenciários apurados na data de implantação do plano (Serviço Passado). Essa provisão reflete o custo com os participantes que já se encontravam em atividade na empresa patrocinadora na data de criação do plano. O custeio para cobertura dessa provisão é de responsabilidade exclusiva das empresas patrocinadoras, e o término da amortização está previsto para ocorrer em novembro de 2020.

b. Premissas e hipóteses atuariais

CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIOS

Em 2009, conforme determina a Resolução CGPC nº 18/2006, o Nucleos encaminhou carta para cada uma das patrocinadoras, solicitando pronunciamento a respeito das premissas atuariais. As patrocinadoras Eletronuclear, INB e Nuclep, com base na Resolução CCE nº 09/96, julgam ser mais apropriado para os próximos exercícios adotar a taxa real de crescimento salarial de 2,01% a.a. (capitalização de 1% a título de anuênio e 1% a título de ganhos e promoções). Para a patrocinadora Nucleos, por não dispor de massa crítica para a realização de teste estatístico para determinação desta hipótese, foi considerado o mesmo percentual de 2,01% a.a. adotado para as demais patrocinadoras.

11 Reservas e fundos

a. Equilíbrio técnico

Em 31 de dezembro, a entidade apurou o seguinte resultado:

	2010	2009
Resultados realizados:		
Até o exercício anterior	(99.762)	(49.370)
No exercício atual	123.545	(50.932)
Superávit/(Déficit) técnico acumulado	23.783	(99.762)

O resultado realizado, no exercício atual, pode ser assim apresentado:

	2010	2009
Resultado positivo da gestão previdencial	43.853	33.607
Resultado da gestão administrativa	(515)	-
Resultado positivo dos investimentos	264.938	106.523
Subtotal	308.276	140.130
Reversão de contingências	2.156	1.569
Constituição de provisões atuariais	(181.884)	(187.539)
	(179.728)	(185.970)
Cobertura de despesas administrativas	(5.003)	(4.552)
Superávit/(déficit) técnico do período	123.545	(50.392)

b. Fundos

Os fundos constituídos apresentavam os seguintes saldos:

	2010	2009
Fundo administrativo	3.479	3.097
Fundo de investimentos	649	564
Total	4.128	3.661

FUNDO ADMINISTRATIVO

O fundo administrativo é constituído pelo excedente verificado na apuração do resultado do programa administrativo, com a finalidade de suprir eventuais necessidades de cobertura para a manutenção dos serviços administrativos.

FUNDO DE INVESTIMENTOS

O fundo de investimentos é constituído pelos valores cobrados a título da taxa de risco nas prestações e pela taxa de renovação, como fundo de cobertura para quitação de empréstimos, com a finalidade de cobrir a quitação por morte, na concessão de empréstimos aos participantes e pensionistas.

12 Eventos subsequentes

a. Em janeiro de 2011 a contribuição adicional cobrada a partir de dezembro de 2010 será suspensa devido à reversão do déficit no fechamento do balanço de 2010.

b. Em 16 de março de 2011, o CNPC emitiu a Resolução nº 1 requerendo alterações nos balanços patrimoniais, nas demonstrações dos ativos líquidos e nas demonstrações das mutações dos ativos líquidos.

Norman Victor Walter Hime
Presidente
CPF: 344.225.527-91

Luiz Claudio Levy Cardoso
Diretor Financeiro
CPF: 776.079.377-49

Mário Jorge de Lima Soares
Diretor de Benefícios
CPF: 109.344.137-20

Marcos Augusto Ferreira de Lima
Contador
CRC nº 090.623/O-2 - RJ
CPF: 025.258.497-01



Fabio Jorge Alves da Silva, assistente administrativo, e Maria Luisa Miranda de Oliveira, gerente de seguridade supletiva



Da esquerda para a direita, composição da Comissão Eleitoral: Dra. Kenia Merheb Diniz (coordenadora), Raquel Grillo e Clarissa Machado Froes



PARECERES

“Ser educador é ser um poeta do amor. Educar é acreditar na vida e ter esperança no futuro. Educar é semear com sabedoria e colher com paciência.”

Augusto Cury – médico, psiquiatra e escritor brasileiro

1 Parecer dos Auditores Independentes



KPMG Auditores Independentes
R. Almirante Sampaio, 52 - 4º andar
20031-000 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
Caixa Postal 2588
22001-970 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Contato Tel: 55 (21) 2515-9400
Fax: 55 (21) 2515-9000
Internet: www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos
Administradores, Participantes e Patrocinadoras do
NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis do NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das obrigações atuariais para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social em 31 de dezembro de 2010 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

Ênfase sobre as demonstrações contábeis

Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 2 e 12.b, as demonstrações contábeis da Entidade estão sendo reemitidas em função de alterações nas divulgações, requeridas pela Resolução nº 1, emitida pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPIC), em 16 de março de 2011. Essas demonstrações contábeis consideram as mudanças acima e sobrepõe as anteriormente emitidas.

Em 25 de fevereiro de 2011, emitimos um relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis do NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social em 31 de dezembro de 2010. Após esta data, a Entidade reemitiu estas demonstrações contábeis conforme descrito no parágrafo acima e, conseqüentemente, este relatório de auditoria se sobrepõe ao anteriormente emitido.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2011

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Charles Domingos de Almeida
Contador CRC PR-039655/O-9 T-RJ

2 Parecer Atuarial

Na qualidade de atuário responsável pela avaliação atuarial do Plano Básico de Benefícios administrado pelo NUCLEOS Instituto de Seguridade Social, a Towers Watson apresenta neste Parecer Atuarial os resultados da avaliação referente ao exercício de 2010.

Os arquivos de dados, posicionados em 30 de junho de 2010, disponibilizados pela entidade, após a análise detalhada da Towers Watson e correções feitas pela entidade, foram considerados suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente do Instituto e de suas patrocinadoras através dos seus representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre os mesmos.

As patrocinadoras Indústrias Nucleares do Brasil S/A - INB, Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A - Nuclep, Eletrobrás Termonuclear S/A - ELETRONUCLEAR e NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social oferecem o referido plano de benefícios a seus empregados, sendo considerada a solidariedade de custos entre todas as empresas.

A avaliação à qual se refere esse parecer reflete o regulamento do Plano Básico de Benefícios aprovado pela Portaria PREVIC nº 361, de 14 de maio de 2010.

2.1 - Estatísticas

O total de participantes ativos do plano é de 3.131, sendo 2.508 do sexo masculino e 623 do feminino. A idade média dos participantes ativos é de 41,9 anos e o tempo médio de serviço faltante para aposentadoria normal, ponderado pelo valor estimado do benefício de aposentadoria, é de 14,7 anos.

O total de participantes aposentados é igual a 700, sendo 618 válidos e 82 inválidos. O total de participantes em gozo de auxílio-doença há mais de 2 anos é igual a 29. O total de grupos familiares recebendo benefício de pensão por morte é igual a 197.

2.2 - Hipóteses Biométricas e Atuariais

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Towers Watson e o NUCLEOS e contam com o aval das patrocinadoras do Instituto conforme determina a Resolução CGPC nº 18/2006.

Para a apuração das provisões matemáticas foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

HIPÓTESES FINANCEIRAS

- Taxa real anual de juro: 6% a.a.
- Projeção do crescimento real de salário: 2,01% a.a.
- Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos Salários, Benefícios do Plano e do INSS: 98,01%

HIPÓTESES BIOMÉTRICAS

- Tábua de Mortalidade Geral: AT-2000 segregada por sexo, constituída com base na AT-2000 Basic desagradada em 10%
- Tábua de Mortalidade de Inválidos: AT-1949 segregada por sexo, agravada em 100%
- Tábua de Entrada de Invalidez: Álvaro Vindas
- Tábua de Rotatividade: Para todas as idades até 47 anos a taxa utilizada foi de 1% ao ano para as patrocinadoras INB, ELETRONUCLEAR e Nuclep e de 5% ao ano para o NUCLEOS. A partir de 48 anos foi adotada a rotatividade nula para todas as empresas.

Como as hipóteses estão vinculadas a fatores econômicos, biométricos e conjunturais recomenda-se a verificação anual da aderência dessas hipóteses ao perfil da massa de participantes do NUCLEOS e aos padrões impostos pela legislação vigente.

A fixação dessas hipóteses e métodos observou o critério de imparcialidade e objetivou a obtenção da melhor estimativa dos eventos futuros relacionados com os benefícios avaliados, conforme requerido pelos princípios atuariais geralmente aceitos.

A seguir estão descritas as fundamentações para as principais hipóteses utilizadas na avaliação atuarial:

TAXA REAL ANUAL DE JURO

A taxa real anual de juros, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios deveria ser definida com base nas taxas de juros reais de títulos de longo prazo, de baixo risco de crédito, na data-base da avaliação atuarial. Os títulos públicos de longo prazo que mais se aproximam dessas características no mercado financeiro são as NTN-Bs indexados ao IPCA. As taxas desses títulos públicos (NTN-B) apontam em 30 de junho de 2010, no longo prazo, para uma taxa em torno de 6,3% a.a. Porém, devido à imposição legal essa taxa deve ser no máximo igual a 6,0% a.a.

PROJEÇÃO DO CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIO

Conforme determina a Resolução CGPC nº 18/2006, o NUCLEOS encaminhou carta para cada uma das patrocinadoras, solicitando pronunciamento a respeito das premissas atuariais.

As patrocinadoras ELETRONUCLEAR, INB e Nuclep, com base na Resolução CCE Nº 09/96, recomendaram a adoção, para os próximos exercícios, da taxa real de crescimento salarial de 2,01% a.a. (capitalização de 1% a título de anuênio e 1% a título de ganhos por promoções).

Para a patrocinadora NUCLEOS, por não dispor de massa crítica para a realização de teste estatístico para determinação desta hipótese, foi considerado o mesmo percentual de 2,01% a.a. adotado para as demais patrocinadoras.

FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerão durante o período de 12 meses.

Para a avaliação atuarial do NUCLEOS foi considerada a taxa de inflação 4,5% e um reajuste anual de benefícios e de salários, o que resultou em um fator de 98,01%. Isto significa que, na média, haverá uma perda do poder aquisitivo dos salários e benefícios em torno de 2%.

TÁBUAS BIOMÉTRICAS

As tábuas biométricas foram selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo. A utilização dessas tábuas deve ser periodicamente revista à luz da experiência real da massa de participantes do NUCLEOS.

REGIME FINANCEIRO E MÉTODOS ATUARIAIS

- Regime Financeiro – Regime de Capitalização
- Método Atuarial – Método Agregado

ÍNDICE DE REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS

Os benefícios concedidos serão atualizados nas mesmas épocas e pelos mesmos índices de reajuste do INSS.

2.3 - Apuração do Patrimônio

Com base no Balanço do NUCLEOS, em 31 de dezembro de 2010, o Ativo Líquido dos Exigíveis do Plano Básico de Benefícios foi apurado conforme indicado ao lado:

Valores em R\$	
ATIVO BRUTO	1.446.879.660,48
Exigíveis	(1.788.503,64)
Operacional	(283.185,29)
Contingencial	(1.505.318,35)
Ativo Líquido dos Exigíveis	1.445.091.156,84

Cabe ressaltar que a Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade do Ativo Líquido do plano ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pelo NUCLEOS.

2.4 - Exigível Atuarial e Fundos

Com base nos dados cadastrais, nas hipóteses biométricas e atuariais, no método atuarial agregado e no Ativo Líquido dos Exigíveis Operacional e Contingencial anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Exigível Atuarial e dos Fundos do plano, em 31 de dezembro de 2010, é a seguinte:

Valores em R\$	
EXIGÍVEL ATUARIAL	1.417.930.459,47
Provisões Matemáticas	1.417.930.459,47
Benefícios Concedidos	313.365.509,89
Benefícios Programados	237.101.810,79
Benefícios Não Programados	76.263.699,10
Benefícios a Conceder	1.162.688.978,61
Benefícios Programados	1.115.038.302,65
Valor Atual dos Benefícios	1.242.362.209,71
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(59.842.236,33)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(67.481.670,73)
Benefícios Não Programados	47.650.675,96
Valor Atual dos Benefícios	53.271.402,93
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(2.641.741,67)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(2.978.985,30)
Provisão Matemática a Constituir	(58.124.029,03)
Serviço Passado	(58.124.029,03)
Equilíbrio Técnico	23.782.925,74
Superávit Técnico Acumulado	23.782.925,74
Reserva de Contingência	23.782.925,74
Fundos	3.377.771,63
Administrativo	2.728.354,68
Investimentos	649.416,95

2.5 - Plano de Custeio

Para atender ao disposto no artigo 18⁽¹⁾ da Lei Complementar 109, de 29/05/01, as taxas de custeio dos participantes e patrocinadoras devem ser revistas anualmente de forma a garantir o equilíbrio do plano de benefícios. Os critérios para este cálculo foram estabelecidos respeitando a Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006.

⁽¹⁾ Art. 18. O plano de custeio, com periodicidade mínima anual, estabelecerá o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas, em conformidade com os critérios fixados pelo órgão regulador e fiscalizador.(...)

Adicionalmente, o artigo 19 da Lei Complementar 109/2001 classifica as taxas de custeio em:

- Normal: destinadas ao custeio dos benefícios previstos no plano;
- Extraordinárias: destinadas ao custeio de déficits, serviço passado e outras finalidades não incluídas na contribuição normal.

PLANO DE CUSTEIO PARA 2011

A partir de 01 de janeiro de 2011 deverão ser adotadas as seguintes taxas de contribuição:

TAXAS DE CONTRIBUIÇÕES (*)	PLANO DE CUSTEIO ANO 2011 (%)	(*)
A Patrocinadora (A.1 + A.2)	6,80%	A- Incidente sobre a folha de salários dos participantes;
A.1 - Custo Normal	3,12%	B- Taxa obtida com base no artigo 68 do Capítulo XI - Disposições Provisórias do Regulamento do Plano;
A.2 - Extraordinária (Serviço Passado)	3,68%	C- Incidente sobre os benefícios dos assistidos.
B Participantes Ativos (Custo Normal)	3,12%	
C Participantes Assistidos (Custo Normal)	8,00%	

Conforme orientação da Towers Watson em 2008, a taxa para cobertura do Serviço Passado deve ser recalculada a cada ano considerando o prazo remanescente, sendo esse prazo em 30 de junho de 2010 de 10,42 anos, com previsão de término em novembro de 2020.

Assim, de acordo com a Lei Complementar nº 109/2001 e com base na avaliação atuarial posicionada em 30 de junho de 2010, as patrocinadoras deverão efetuar, durante o ano de 2011, as contribuições equivalentes a 6,80% da folha de salários dos participantes, incluindo 13º salário, sendo 3,12% correspondente ao custo normal e 3,68% para cobertura das Provisões Matemáticas a Constituir – Serviço Passado.

A contribuição média dos participantes ativos, incidente também sobre o 13º salário, definida de acordo com o artigo 68 do Regulamento do Plano, foi estimada em aproximadamente 3,12% da folha de salários de participantes. A contribuição dos participantes assistidos, paga somente pelos que recebem

Abono, foi mantida em 8% do valor do benefício supletivo, conforme adotada nos anos anteriores.

Das receitas de contribuição normal e para cobertura do serviço passado das patrocinadoras, dos participantes e assistidos deverá ser descontada a taxa de 15% para cobertura das despesas administrativas.

Os participantes optantes pelo instituto do autopatrocínio assumem cumulativamente as contribuições de participante e de patrocinadora previstas no Regulamento do Plano Básico de Benefícios, inclusive aquelas destinadas ao custeio das despesas administrativas.

Os participantes optantes pelo instituto do Benefício Proporcional Diferido (BPD) devem assumir o pagamento dos custos administrativos e cobertura de morte e invalidez, nos casos em que fizerem opção por estas coberturas. Com relação aos custos administrativos, no ano de 2010 o Conselho Deliberativo do NUCLEOS, conforme determina o § 9º do Artigo 40 decidiu que a referida cobrança seria a mesma adotada para o ano de 2009, qual seja, calcular o valor da contribuição hipotética como se o participante optante pelo BPD fosse um participante ativo, adotando as regras previstas no artigo 68 do Regulamento do Plano Básico de Benefícios, e cobrar 15% desse valor a título de custeio para cobertura dos gastos administrativos. Considerando que a Towers Watson não vislumbra óbices em adotar esta mesma cobrança para o Plano de Custeio de 2011, o Conselho Deliberativo decidiu manter para 2011 a mesma forma de cobrança adotada em 2010.

Quanto à cobertura de morte e invalidez, no ano de 2010 o Conselho Deliberativo do NUCLEOS, conforme determina o § 10 do Artigo 40, decidiu cobrar a taxa informada no Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA). Esses percentuais incidirão sobre o salário-de-participação, calculado pela mesma metodologia adotada no cálculo do salário-de-participação dos autopatrocinados. Considerando que a Towers Watson não vislumbra óbices em adotar o mesmo procedimento para o Plano de Custeio de 2011, o Conselho Deliberativo decidiu para 2011 cobrar a taxa informada no DRAA de 2011.

2.6 - Conclusão

Face ao exposto, na qualidade de atuário responsável pela avaliação atuarial anual regular do Plano Básico de Benefícios administrado pelo NUCLEOS Instituto de Seguridade Social, informamos que o plano encontra-se financeiramente equilibrado em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

Towers Watson Consultoria Ltda.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2011.

Miria Bellote de Azevedo

MIBA nº 482

3 Parecer do Conselho Fiscal



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Emitido na 54ª reunião do Conselho Fiscal
Realizada em 22 de março de 2011.

O Conselho Fiscal do Nucleos Instituto de Seguridade Social, após exame das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício de 2010, apoiado ainda no parecer da KPMG Auditores Independentes e no parecer atuarial da empresa Towers Watson, é de opinião que as referidas demonstrações refletem a posição patrimonial e financeira do Instituto em 31 de dezembro de 2010, estando em condições de merecerem deliberação por parte do Conselho Deliberativo.

LUIZ HENRIQUE FINKEL
Presidente

GILBERTO DA SILVA CAMPOS
Membro Titular

ELIZABETH TAVEIRA RAMOS
Membro titular

MARCOS SERGIO DE SOUZA
Membro Titular

4 Parecer do Conselho Deliberativo



MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo do NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social, em sua 157ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de março de 2011, consoante o previsto no Capítulo VIII, art. 35 do Estatuto do NUCLEOS, examinou e aprovou, por unanimidade, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultados e dos Fluxos Financeiros, a composição do Passivo Atuarial e as Notas Explicativas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, baseado no parecer emitido pelo Conselho Fiscal em sua 54ª Reunião realizada no dia 22 de março de 2011.

Baseado nas análises procedidas por KPMG Auditores Independentes, e do Conselho Fiscal e as explicações/justificativas prestadas pelo Diretor Financeiro e o contador do NUCLEOS, foi verificado que as Demonstrações Contábeis, compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultados e dos Fluxos Financeiros, Composição do Passivo Atuarial e nas Notas Explicativas representam contabilmente a posição patrimonial e financeira do NUCLEOS em 31 de dezembro de 2010.

Maria Aparecida da Silva
Presidente do Conselho

Paulo César da Rocha Dantas
Conselheiro Titular

Maria Cristina Gomes
Conselheiro Titular

Paulo Sérgio Poggian
Conselheiro Titular

José de Mello Vilella
Conselheiro Titular



POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

“Um livro pode ser nosso sem nos pertencer. Só um livro lido nos pertence realmente.”

Eno Teodoro Wanke – engenheiro e poeta brasileiro

1 Informações Gerais

Entidade: NUCLEOS Instituto de Seguridade Social (01688)

Vigência: 01.01.2011 a 31.12.2015

Ata da reunião do Conselho Deliberativo: 155ª Reunião Ordinária, de 29/11/10

Modalidade do Plano de Benefícios: Benefício Definido

CNPB do Plano: nº 19.790.022-74

Administrador responsável pelo Plano Básico de Benefícios: Mário Jorge de Lima Soares

Meta atuarial: INPC + 6,00% a.a.

Mecanismo de informação da política de investimentos aos participantes: eletrônico.

Consultoria responsável pela elaboração do estudo de ALM (Asset Liability Management – Gestão de Ativos e Passivos): Towers Watson

2 Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Em cumprimento ao disposto no artigo 7º da Resolução CMN nº 3.792, o administrador estatutário tecnicamente qualificado para todos os segmentos de aplicação da entidade é o seu Diretor Financeiro, Sr. Luiz Claudio Levy Cardoso, CPF: 776.079.377-49, telefone para contato: (21) 2277-8951, e-mail para contato: llevy@nucleos.com.br.

3 Alocação Estratégica

Alocação estratégica significa o referencial de longo prazo (acima de 5 anos) para a gestão de investimentos. Considera a estrutura do passivo do Plano de Benefícios e objetiva proporcionar rentabilidade, no mínimo, equivalente à sua meta atuarial, sem incorrer em risco excessivo. Em outras palavras, é a gestão do ativo com a finalidade de cobertura dos compromissos atuariais.

4 Metodologia de Macroalocação

A metodologia empregada é o ALM, que consiste na identificação da alocação de ativos que maximize a relação entre os retornos esperados e os riscos, observando o conjunto das combinações entre os cenários adotados para as variáveis de mercado e os cenários simulados para o fluxo de caixa líquido dos benefícios.

Objetivando atualizar premissas e cenários, o estudo de ALM será revisado uma vez em cada exercício. No estudo de ALM utilizado para a elaboração desta Política de Investimentos é apresentado o detalhamento dos cenários macroeconômicos utilizados e dos resultados obtidos através da otimização.

5 Cenários Econômicos

1. O cenário é composto pelas expectativas do mercado para curva de juros (real e nominal), inflação e PIB.
2. Para os cenários econômicos, utilizamos as seguintes fontes de informação:
 - Atual: Pesquisa FOCUS e ANBIMA
 - Longo Prazo: Tendências Consultoria

Cenário utilizado: data-base setembro/2010

CENÁRIO	JUROS			CRESCIMENTO	
	1 Ano	3 Anos	10 Anos	Inflação	PIB
Atual	11,35%	11,99%	11,88%	5,05%	7,53%
Longo Prazo*	9,00%	9,15%	9,30%	3,90%	3,70%

6 Simulação do Passivo Atuarial

Com base nas premissas atuariais do Plano Básico de Benefícios, no seu regulamento e na base de dados dos participantes e assistidos, foram simulados fluxos de caixa das obrigações atuariais do plano, as quais foram utilizadas no processo de otimização da carteira de investimentos.

7 Resultados da Otimização

7.1 - Macroalocação de Ativos

O estudo de ALM definiu uma Fronteira Eficiente, na qual foram destacadas possíveis carteiras para a alocação estratégica dos investimentos do Instituto. Dentre as carteiras apresentadas, foi selecionada a “Carteira G da relação ativo/passivo”, que apresenta expectativa de rentabilidade média de 8,94% a.a. em termos reais para os próximos 5 anos, e risco anual (desvio padrão) de 13,10%.

7.2 - Microalocação de Ativos

Nos segmentos de renda fixa e renda variável, o início do processo de seleção dos investimentos que farão parte da carteira é a atualização periódica de informações. Isso envolve o acompanhamento de toda a legislação referente às EFPCs e ao mercado financeiro, bem como leitura de jornais e periódicos especializados, participação em seminários, palestras e cursos direcionados aos profissionais da área, reuniões e contatos com consultorias e demais profissionais de mercado. Esses recursos têm por objetivo fornecer todo o suporte técnico necessário para o acompanhamento dos mercados.

A segunda etapa do processo inclui a elaboração de um relatório baseado nas informações prestadas pelos gestores dos fundos de investimentos e pela consultoria financeira Towers Watson. O relatório é apresentado pelo menos uma vez por mês ao Comitê Consultivo de Investimentos da entidade (CCI), abordando a conjuntura macroeconômica e as tendências esperadas. A finalidade desse relatório é fornecer subsídios para a definição da alocação tática, através da avaliação dos possíveis impactos do cenário político-econômico sobre os mercados de ativos.

ALOCAÇÃO DE RECURSOS E OS LIMITES POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	ALOCAÇÃO ESTRATÉGICA	NUCLEOS		RESOLUÇÃO 3.792	
		limite inferior	limite superior	limite inferior	limite superior
Renda Fixa	71,45%	60,00%	100,00%	0,00%	100,00%
Renda Variável	17,05%	0,00%	30,00%	0,00%	70,00%
» IBrX	15,05%	0,00%	30,00%	0,00%	70,00%
» Small Caps	2,00%	0,00%	2,00%	0,00%	70,00%
Investimentos Estruturados	5,50%	1,50%	5,50%	0,00%	20,00%
» Cotas de Fundos de Investimento em Participações e Cotas de Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimento em Participações	2,50%	1,50%	2,50%	0,00%	20,00%
» Cotas de Fundos de Investimento e Cotas de Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	3,00%	0,00%	3,00%	0,00%	10,00%
» Cotas de Fundos de Investimento em Empresas Emergentes	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%
Cotas de Fundos de Investimento Imobiliário	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%
Investimentos no exterior	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%
Imóveis	4,00%	0,00%	4,00%	0,00%	8,00%
Aluguéis e renda	4,00%	0,00%	4,00%	0,00%	8,00%
Empreendimentos imobiliários	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	8,00%
Outros imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	8,00%
Operações com participantes	2,00%	0,00%	2,00%	0,00%	15,00%
Empréstimos	2,00%	0,00%	2,00%	0,00%	15,00%
Financiamentos Imobiliários	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	15,00%

8 Utilização de instrumentos derivativos

A utilização de instrumentos derivativos é permitida desde que estritamente observados os limites e condições previstos na Resolução CMN 3.792.

Considerando que a gestão da carteira de investimentos é terceirizada e discricionária, os administradores e os gestores dos fundos exclusivos de investimentos do Instituto são os responsáveis pela elaboração da avaliação prévia dos riscos envolvidos.

9 Oferta pública de ações

As operações que tenham como objeto a oferta pública de ações, advindas de operações estruturadas de abertura de capital de empresas poderão ser adquiridas somente pelos gestores externos dos fundos de investimentos exclusivos até o limite máximo de 15% do patrimônio líquido de cada fundo de investimento. Para tanto, este deverá apresentar ao Instituto a justificativa técnica de aquisição.

As novas emissões adquiridas pelos gestores externos dos fundos de investimentos exclusivos serão consideradas como tal, até o oitavo mês de seu lançamento. Após esse período, deverão constar, obrigatoriamente, na carteira teórica do IBrX, Ibovespa ou IBrX-50. Caso contrário, o gestor terá o prazo máximo de 30 dias após o término do período proposto para fazer os ajustes necessários.

10 Vedação de alocação de recursos

São vedadas as alocações de recursos nos seguintes ativos:

10.1 - Renda Fixa

Títulos das dívidas públicas mobiliárias estaduais e municipais; notas de créditos à exportação (NCE) e cédulas de crédito à exportação (CCE); as obrigações de organismos multilaterais emitidas no país; certificados de recebíveis de emissões de companhias securitizadoras; em FIDC e FIC de FIDC e títulos ou valores mobiliários não mencionados explicitamente nos incisos do artigo 18 da resolução CMN 3.792.

Nota 1 - A partir do primeiro dia útil de 2011, não será mais permitido investimentos em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios e cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios. As posições já existentes em 31 de dezembro de 2010 poderão ser mantidas até seu vencimento final.

Nota 2 - Não é permitido que o gestor / administrador de fundos exclusivos atue como contraparte nas operações compromissadas.

10.2 - Renda Variável

Títulos e valores mobiliários de emissão de sociedade de propósito específico (SPE); debêntures com participação nos lucros; certificados de potencial adicional de construção (CEPAC); certificações de reduções certificadas de emissão (RCE) ou de crédito de carbono do mercado voluntário; certificados de ouro físico.

Para os fundos exclusivos de ações, títulos e valores mobiliários que não constem da carteira teórica dos seguintes índices: IBrX, Ibovespa ou IBrX-50.

Nota 1 - Na hipótese de exclusão do ativo das carteiras teóricas dos índices do IBrX (Índice Brasil), Ibovespa (Índice Bovespa) ou IBrX-50 (Índice Brasil 50), o gestor irá promover a alienação desse ativo, no prazo máximo de trinta dias contados da data da exclusão.

10.3 - Investimentos Estruturados

Nota 1 - Não serão permitidos investimentos em cotas de fundos de investimento em participações e em cotas de fundos de investimentos em cotas de fundos de investimento em participações; em cotas de fundos de investimento em empresas emergentes e em cotas de fundos de investimento imobiliário. As posições já existentes em 31 de dezembro de 2010 poderão ser mantidas até seu vencimento final.

10.4 - Investimentos no exterior

Todo e qualquer investimento no exterior, inclusive BDRs.

10.5 - Imóveis

Empreendimentos imobiliários e outros imóveis.

10.6 - Operações com participantes

Financiamentos imobiliários.

11 Vedação de operações de Day Trade

São vedadas as operações de Day Trade, nos fundos exclusivos que compõem os segmentos de renda fixa e variável.

12 Meta de rentabilidade para cada segmento de aplicação

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	META DE RENTABILIDADE (BENCHMARK)
I – Renda Fixa	
a) Fundos Multimercados Exclusivos	70% CDI + 30% IMA-B
b) Fundo Exclusivo ALM	INPC + 6,5% ao ano
II – Renda Variável	
a) Fundos de Ações Exclusivos	IBrX + 2% ao ano
b) Small Caps	SMLL
III – Investimentos Estruturados	
a) Fundos Multimercados	70% CDI + 30% IMA-B + 2% ao ano
b) Fundos de investimento em participações	INPC + 6,5% ao ano
IV – Imóveis	
a) Imóveis para aluguel e renda	INPC + 6,5% ao ano
V – Operações com participantes	
a) Empréstimos	INPC + 7,0% ao ano

Legenda:

IMA-S - Índice de Mercado ANBIMA atrelado aos títulos pós-fixados

IMA-B - Índice de Mercado ANBIMA atrelado à inflação medida pelo IPCA e atrelado aos títulos NTN-B)

IBrX - Índice Brasil, divulgado pela BM&F Bovespa

SMLL – Índice Small Caps, divulgado pela BM&F Bovespa

INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE

13 Apreçamento dos ativos financeiros metodologia ou fontes de referência

13.1 - Investimentos no Segmento de Renda Fixa e Renda Variável

Os ativos que compõem esses segmentos seguirão os princípios gerais e políticas de marcação a mercado baseados no código de autorregulação para fundos de investimento e nas Diretrizes de Marcação a Mercado da ANBIMA, as quais constam no manual de precificação de ativos utilizado pelo agente custodiante – Itaú Unibanco e disponibilizado em seu site - www.itaucustodia.com.br

O NUCLEOS incentiva o uso de plataformas eletrônicas de negociação por parte de seus gestores, de forma a obter o máximo de transparência nas negociações de seus ativos financeiros.

A aquisição de títulos públicos e privados deve ocorrer preferencialmente através do mercado primário ou do mercado secundário eletrônico.

Todos os títulos e valores mobiliários do Instituto devem ser marcados a mercado, exceto aqueles em que a Diretoria Executiva optar por carregar até o vencimento, suportado em estudo técnico, com recomendação do Comitê Consultivo de Investimentos e aprovação do Conselho Deliberativo.

13.2 - Investimentos Estruturados

FIP CRT - De acordo com o parágrafo segundo do artigo 31 do regulamento do fundo, utiliza-se o método de fluxo de caixa mensal descontado, elaborado com base nas informações e projeções financeiras fornecidas pela companhia.

Energia PCH FIP - De acordo com o Capítulo XV, artigo 54 e parágrafo único do regulamento do fundo. Os ativos componentes da carteira do fundo serão avaliados e contabilizados diariamente pela administradora conforme os seguintes critérios:

(i) as ações e os demais títulos e/ou valores mobiliários de renda variável sem cotação em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado serão contabilizadas pelo respectivo custo de aquisição ou pelo método de equivalência patrimonial, o que melhor refletir o valor de realização do investimento, a critério da administradora ou conforme deliberação da assembleia geral de quotistas ou, ainda, previsão do Boletim de Subscrição, no caso de integralização de quotas em ativos; (ii) títulos e/ou valores mobiliários de renda fixa sem cotação disponível no mercado serão contabilizados pelo custo de aquisição, ajustado pela curva do título, pelo prazo a decorrer até o seu vencimento; (iii) os demais títulos e/ou valores mobiliários de renda fixa ou variável com cotação disponível no mercado serão contabilizados pelo preço de mercado, de acordo com as regras vigentes de marcação a mercado e com a política interna de contabilização de ativos da administradora e/ou do gestor, fixados em seu Manual de Marcação a Mercado.

Parágrafo Único - Em situações em que a administradora considere que nenhum dos critérios para contabilização acima reflita adequadamente o valor de realização dos ativos do Fundo, poderá, a seu exclusivo critério e de forma justificada, adotar outros critérios de contabilização que melhor reflitam tal valor de realização, devendo comunicar ao Comitê Consultivo de Investimentos e aos quotistas a respeito dos critérios utilizados.

13.3 - Imóveis

Laudo de avaliação com as especificações e critérios estabelecidos pelas Normas de Avaliação NBR 14653-1:2001 e NBR 14653-2:2004 da ABNT, além das exigências do Ministério da Fazenda, Banco Central, Banco do Brasil, CVM e SUSEP.

13.4 - Empréstimos aos participantes

Somatório dos saldos devedores atualizados, de acordo com as regras estabelecidas nos respectivos contratos de mútuo.

14 Avaliação dos riscos - metodologia e critérios

14.1 - Risco de mercado

O risco de mercado pode ser definido como uma medida numérica da incerteza relacionada aos retornos esperados de um investimento, em decorrência de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e commodities.

14.2 - Objetivos

Segundo o art. 13 da Resolução CMN nº 3.792, as entidades devem acompanhar e gerenciar o risco e o retorno esperado dos investimentos diretos e indiretos com o uso de modelo que limite a probabilidade de perdas máximas toleradas para os investimentos.

Em atendimento ao que estabelece a legislação, o acompanhamento do risco de mercado será feito através do Benchmark Value-at-Risk (B-VaR), modelo que aponta, com um grau de confiança e para um horizonte de tempo predefinido, qual a perda esperada em relação à carteira teórica do índice de referência.

Cabe apontar que os modelos de controle apresentados nos tópicos a seguir foram definidos com diligência, mas estão sujeitos a imprecisões típicas de modelos estatísticos frente a situações anormais de mercado.

14.3 - Benchmark-VaR

O B-VaR é um modelo adequado para avaliar a aderência da gestão a um determinado mandato. Ele pode ser entendido como uma medida da diferença entre o retorno esperado do fundo ou carteira em relação ao retorno esperado para o benchmark definido. O cálculo do B-VaR considerará:

- o modelo não paramétrico; e
- intervalo de confiança de 95%.

O monitoramento dos investimentos será feito separadamente para os diferentes mandatos, com periodicidade mensal, de acordo com os seguintes limites:

MANDATO	BENCHMARK	LIMITE B-VAR
ALM	NA	NA
Multimercados	70% CDI + 30% IMA-B	0.75%
Renda Variável	IBrX	5.00%

Caso algum dos mandatos exceda o limite de B-VaR, cabe ao administrador do plano notificar seus gestores sobre o ocorrido e avaliar, de acordo com as condições de mercado, a medida mais adequada a ser tomada.

14.4 - Análise de Stress

CENÁRIOS DE STRESS

A avaliação dos investimentos em análises de stress passa necessariamente pela definição de cenários de stress, que podem considerar mudanças bruscas em variáveis importantes para o apreçamento dos ativos, como taxas de juros e preços de determinados ativos.

Embora as projeções considerem as variações históricas dos indicadores, os cenários de stress não precisam apresentar necessariamente relação com o passado, uma vez que buscam simular variações futuras adversas.

CONTROLE

Para o monitoramento do valor de stress da carteira, serão utilizados os seguintes parâmetros:

- Cenário: BM&F
- Periodicidade: mensal

O controle das análises de stress não obedecerá a nenhum limite, uma vez que a metodologia considerada pode apresentar variações que não implicam, necessariamente, possibilidade de perda. O acompanhamento terá como finalidade avaliar o comportamento da carteira em cenários adversos para que os administradores possam, dessa forma, balancear melhor as exposições.

RISCO SISTÊMICO

O risco sistêmico pode ser definido como o risco de perdas devido a alterações no ambiente operacional. Como exemplo, podemos citar o caso de uma instituição financeira que não tenha recursos suficientes para pagar outra, fazendo com que esta outra não pague uma terceira e assim por diante, daí resultando um "efeito dominó," que pode levar ao colapso todo o sistema financeiro, ou seja, a uma crise sistêmica, entendida como uma interrupção da cadeia de pagamentos da economia, que poderá levar a uma severa recessão.

No Brasil, existem mecanismos de segurança e instrumentos desenvolvidos pelo Bacen, tais como o Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) e a Transferência Eletrônica Disponível (TED), que visam im-

pedir que, ao fim de cada dia, haja operações financeiras não encerradas, isto é, sem transferência efetiva dos recursos financeiros envolvidos, notadamente em grandes transações.

Em ocorrendo o colapso em questão, será elaborado um relatório de simulação de cenários para avaliação dos investimentos do Instituto, baseado nas informações prestadas pelos gestores dos fundos de investimentos e pela consultoria financeira Risk Office. O relatório será apresentado ao Comitê Consultivo de Investimentos da entidade (CCI) e ao Conselho Deliberativo (CD), abordando a conjuntura macroeconômica e as tendências esperadas. A finalidade desse relatório é fornecer subsídios para a definição da alocação tática, através da avaliação dos possíveis impactos do cenário político-econômico sobre os mercados de ativos.

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez pode ser definido como risco de redução ou mesmo inexistência de demanda pelos títulos e valores mobiliários detidos pelo Instituto em seus diversos segmentos de aplicação nos mercados em que são negociados.

O Instituto, observando a necessidade de liquidez imediata, mantém um percentual mínimo de seus recursos totais em ativos de alta liquidez.

RISCO OPERACIONAL

O risco operacional pode ser definido como uma medida da incerteza dos retornos dos investimentos do Instituto caso seus sistemas, práticas e medidas de controle não sejam capazes de evitar falhas humanas, danos à infraestrutura de suporte, utilização indevida de modelos matemáticos ou produtos ou alterações no ambiente de negócios.

O Instituto adota as medidas necessárias ao controle e à avaliação dos riscos operacionais envolvidos na gestão de seus ativos.

RISCO LEGAL

O risco legal pode ser definido como uma medida numérica da incerteza dos retornos de uma instituição caso seus contratos não possam ser legalmente amparados por falta de representatividade por parte de um negociador, por documentação insuficiente, insolvência ou ilegalidade.

O Instituto adota as medidas necessárias ao controle e à avaliação do risco legal envolvidos na gestão de seus ativos.

RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito pode ser definido como uma medida numérica da incerteza relacionada ao recebimento de um valor contratado/compromissado, a ser pago por um tomador de empréstimo, contraparte de um contrato ou emissor de um título, descontadas as expectativas de recuperação e realização de garantias.

No Instituto, as classificações de risco de crédito bancário e não bancário serão baseadas em classificações (ratings) estabelecidas pelas seguintes agências:

- Fitch Ratings
- Standard & Poor's
- Moddys

Enquadramento para contrapartes componentes do estoque de créditos privados, no caso das operações anteriores a 01/09/2005.

Quando da realização da Política de Investimentos, foi estabelecido que para classificar o risco de crédito das emissões não bancárias e bancárias que já compunham a carteira do Instituto, este fundamentará suas decisões em ratings estabelecidos pelas seguintes agências:

- Moody's Investor
- Austin Asis
- Standard & Poor's
- SR Rating
- Fitch Ratings
- Lopes Filho & Associados (apenas para crédito bancário)

Enquadramento para contrapartes componentes do estoque de créditos privados, no caso de operações posteriores a 01/09/2005.

Como Política de Investimentos, o Instituto somente irá adquirir títulos classificados como de baixo risco de crédito e que tenham sido avaliados por agência de classificação de risco em funcionamento no País.

Caso duas ou mais agências classifiquem o mesmo papel de forma diversa, o Nucleos adotará para fins de classificação de risco de crédito aquela que for mais conservadora.

No entendimento do Instituto, são considerados como de baixo risco de crédito os seguintes níveis:

AGÊNCIA CLASSIFICADORA	RATINGS CONSIDERADOS COMO BAIXO RISCO DE CRÉDITO			
	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4
Fitch Ratings	AAA(bra)	AA(bra)-	A(bra)-, F1(bra)	BBB(bra)-, F2 (bra), F3(bra)
Moody's Investor	Aaa.br	Aa3br	A3.br	Baa3.br BR-1, BR-2
Standard & Poor's	brAAA	brAA- brA-1	brA- brA-2	brBBB- brA-3

Risco de degradação da qualidade do crédito

Na eventualidade de uma degradação de crédito após a aquisição do ativo, o fato será objeto de comunicação aos órgãos estatutários que, conjuntamente com o Comitê Consultivo de Investimentos, definirão a providência a ser adotada, se cabível.

15 Responsabilidade Socioambiental

A entidade não observa princípios de responsabilidade socioambiental.



Da esquerda para a direita: Lucia Marques, secretária, Ítalo José da Silva, analista de segurança, e Dr. Muci Girgi Germain, assessor jurídico da presidência

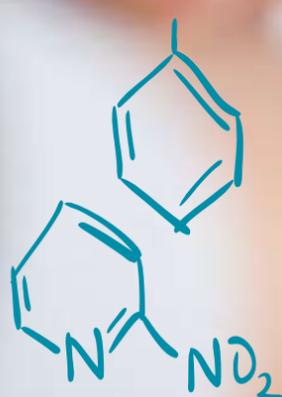


Dra. Kenia Merheb Diniz, assessora dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, graduada em direito, advogada com pós-graduação (MBA em Previdência Complementar) e certificada pelo ICSS



Da esquerda para a direita, membros do Conselho Fiscal: Marcos Sergio de Souza, Gilberto da Silva Campos, Elizabeth Taveira Ramos, Luiz Henrique Finkel (presidente) e o diretor de benefícios, Mário Jorge de Lima Soares

LISTAGEM DE COMUNICADOS EXPEDIDOS E EDIÇÕES DO NUCLIN



*“Contaram-me e esqueci.
Vi e entendi. Fiz e aprendi.”*

Confúcio – pensador chinês

→ COMUNICADOS ENVIADOS AOS PARTICIPANTES EM 2010

Nº	DATA	ASSUNTO
001	05/01/2010	Contribuição a partir de janeiro de 2010.
002	04/02/2010	Performance e composição dos fundos exclusivos.
003	11/02/2010	Expediente no Nucleos durante o carnaval.
004	19/02/2010	Carteira de empréstimos.
005	11/03/2010	Performance e composição dos fundos exclusivos.
006	16/03/2010	Esclarecimentos sobre matérias veiculadas na mídia envolvendo o nome do Nucleos com irregularidades em seus investimentos.
007	25/03/2010	Expediente no Nucleos durante a semana santa.
008	19/04/2010	Expediente no Nucleos durante os feriados de 21 e 23 de abril.
010	29/04/2010	Performance e composição dos fundos exclusivos.
011	20/05/2010	Regulamento do Plano Básico de Benefícios.
012	21/05/2010	Performance e composição dos fundos exclusivos.
013	27/05/2010	Questionário no formato de perguntas e respostas esclarece as principais dúvidas com relação às novas regras de concessão de empréstimo.
014	07/06/2010	Expediente no Nucleos nos dias dos jogos da seleção brasileira na copa do mundo.
015	07/06/2010	Performance e composição dos fundos exclusivos.
016	23/06/2010	Expediente no Nucleos nos dias dos jogos da seleção brasileira na copa do mundo.
017	29/06/2010	Nova tabela de cálculo da contribuição dos participantes ativos.
018	30/06/2010	Esclarecimento sobre as declarações da Asan, divulgadas em seu Informativo nº 40, sobre assuntos relacionados ao Nucleos.
019	30/06/2010	Expediente no Nucleos nos dias dos jogos da seleção brasileira na Copa do Mundo.
020	01/07/2010	Resposta aos redatores da nota "De olho no Nucleos" (AEP).
021	01/07/2010	Performance e composição dos fundos exclusivos.
022	22/07/2010	Esclarecimentos sobre a cobrança das contribuições da Asan.
023	02/08/2010	Performance e composição dos fundos exclusivos.
024	20/08/2010	Informações sobre a cobrança das parcelas de empréstimo aos participantes da INB e da Nuclep.
025	30/08/2010	Performance e composição dos fundos exclusivos.
026	01/09/2010	Término da fiscalização da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc.
027	16/09/2010	Informações sobre a cobrança das parcelas de empréstimo aos participantes da INB e da Nuclep.
028	05/10/2010	Opção de autoatendimento disponível na área restrita do site.

029	06/10/2010	Palestras realizadas por diretores do Nucleos na INB.
030	07/10/2010	Performance e composição dos fundos exclusivos.
031	14/10/2010	Questionário no formato de perguntas e respostas esclarece as principais dúvidas relacionadas à carta PR-133/2010.
032	14/10/2010	Expediente no Nucleos no dia do previdenciário privado.
034	03/11/2010	Fechamento da carteira de empréstimos para os participantes ativos da INB e da Nuclep.
035	03/11/2010	Recadastramento de todos os participantes: ativos, aposentados, pensionistas e os que aguardam o Benefício Proporcional Diferido (BPD).
036	03/11/2010	Performance e composição dos fundos exclusivos.
037	12/11/2010	Fechamento da carteira de empréstimos para os participantes ativos da INB e da Nuclep (parte 2).
038	30/11/2010	Esclarecimentos sobre a contribuição adicional.
039	30/11/2010	Tabela de cálculo da contribuição adicional dos participantes ativos.
040	30/11/2010	Performance e composição dos fundos exclusivos.
041	07/12/2010	Expediente no Nucleos na confraternização dos empregados.
042	17/12/2010	Consulta à Previc sobre devolução da contribuição adicional aos participantes.
043	20/12/2010	Expediente no Nucleos durante as festas de fim de ano.
044	28/12/2010	Performance e composição dos fundos exclusivos.

→ EDIÇÕES DO INFORMATIVO NUCLIN





Este relatório foi impresso com 100% de apoio financeiro dos anunciantes.

Agradecimentos:

Os membros do Conselho Deliberativo e da Diretoria Executiva do Nucleos agradecem a todos os seus participantes ativos e assistidos, às patrocinadoras, bem como aos colaboradores, pelo apoio e confiança manifestados ao longo do exercício de 2010. Aproveitam para estender os mesmos cumprimentos a cada um dos anunciantes desta publicação, parceiros neste e em outros empreendimentos do Instituto.

Expediente:

Relatório Anual do Nucleos - Instituto de Seguridade Social

Rua Rodrigo Silva, 26 - 15º andar - Centro - 20011-040

Rio de Janeiro - RJ - www.nucleos.com.br

Coordenação: Gerência de Controles Internos, Comunicação e Tecnologia - CGT

Tiragem: 4.600 exemplares

Projeto Gráfico e Design: Scriptorio Comunicação

Fotos: Américo Vermelho e Raquel Grillo

Jornalista Responsável: Ricardo Largman - Reg. MTB 18.288



Projeto editorial e gráfico
Scriptorio Comunicação

www.scriptorio.com.br | (21) 2532-6858

Faça a melhor escolha para a sua Entidade de Previdência.



PREVIDENCIÁRIO



ADMINISTRATIVO



INVESTIMENTO



ASSISTENCIAL



CALL CENTER



OBRIGAÇÕES



FERRAMENTAS



O Sistema corporativo de Previdência completo que reúne funcionalidade, tecnologia de ponta e atendimento especializado para instituições de Previdência.

SEJA UM PARCEIRO DA MESTRA E GARANTA OS MELHORES RESULTADOS NA GESTÃO DA SUA ENTIDADE.



mestra@mestrainfo.com.br
Tel: +55 21 2216-6200
Fax: +55 21 2518-8539
www.mestrainfo.com.br

A excelência é nosso norte.

Votorantim Asset. Entre as melhores no ranking Melhores Fundos para Institucional.



A presente instituição aderiu ao Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento



Com foco na excelência de gestão, contando com uma equipe de profissionais dedicada e especializada na administração e prestação de serviços aos Investidores Institucionais, a VAM reafirma o compromisso em oferecer o seu melhor para alcançar os seus objetivos! A prova disso está nos 5 fundos classificados como "Excelentes" no ranking Melhores Fundos para Institucional, elaborado pela Luz Engenharia.



www.vam.com.br - Tel. (11) 5171-5008 - vam-institucionais@vam.com.br

O ranking dos Melhores Fundos para Institucionais foi publicado na Revista Investidor Institucional, edição 213, de março/2010 e preparado pela Luz Engenharia. Nesta edição encontra-se toda metodologia utilizada para a classificação dos fundos voltados para os clientes institucionais que apresentaram os melhores desempenhos nos últimos 12 meses, encerrados em 31 de dezembro de 2009. Fundos de investimento não contam com garantia do administrador do Fundo, do gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Crédito – FGC. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. É recomendada leitura cuidadosa do prospecto e do regulamento do fundo de investimento pelo investidor ao aplicar seus recursos. SAC – atendimento 24 horas por dia, 7 dias por semana: 0800 728 0083 e 0800 701 8661 (deficientes auditivos e de fala) ou pelo e-mail: sac@bancovotorantim.com.br. Ouvidoria – de segunda a sexta, das 09h00 às 18h00: 0800 707 0083 e 0800 701 8661 (deficientes auditivos e de fala).